

Revista

Ano XVI – Nº. 91
set./out. – 2023

Poli

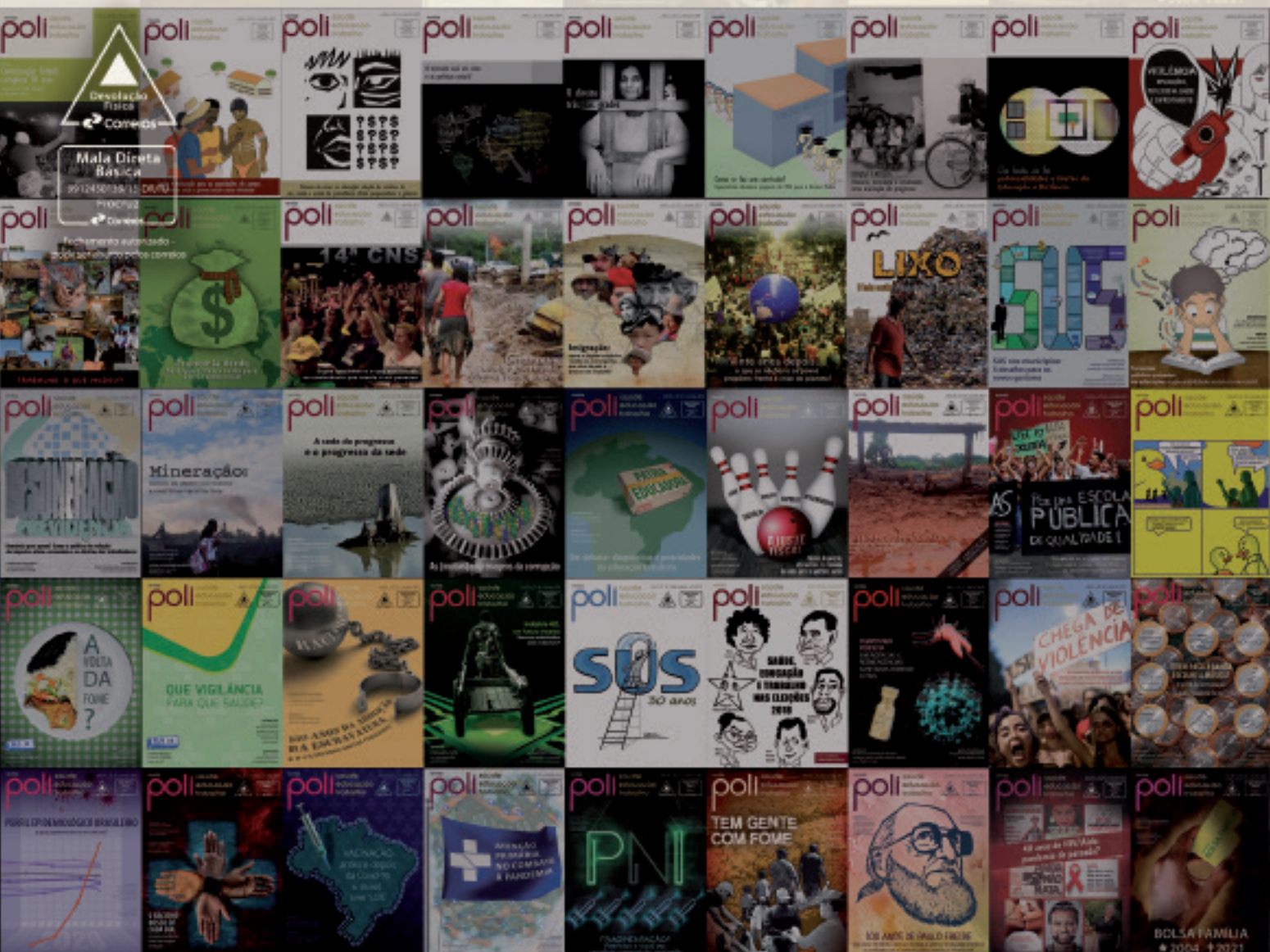
SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

ENTREVISTA

Getúlio Marques, Secretário da Setec, e Gaudêncio Frigotto, professor da UERJ, falam das dificuldades e prioridades da Educação Profissional

FINANCIAMENTO

Um guia com perguntas e respostas sobre as fontes e a distribuição de recursos na Educação



O que pautou as lutas pela Educação nos últimos 15 anos?



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462* *Para receber as mensagens da lista de WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

Ano XVI - Nº 91 - set./out. - 2023

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação

Profissional em Saúde

ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição

Cátia Guimarães

Reportagem

Cátia Guimarães

Juliana Passos

Paulo Schueler

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição

Matheus Batista Costa

Valéria Melo

Portal EPSJV

Paulo Schueler

Mídias Sociais

Erika Farias

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

13.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alexandre Moreno
Ana Cristina dos Reis
Anamaria Corbo
Antonio Marinho
Augusto Cesar Rosito
Cláudio Gomes
Edilene Pereira
Etelcia Molinaro
Ingrid D'avilla
José Adailton
Marcia Valéria Morosini
Monica Vieira
Nina Soalheiro

SUMÁRIO

2

EDITORIAL

4

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO

'Direito de todos e dever do Estado e da família'

8

CAPA

15 anos de Educação nas páginas da Poli

16

ENTREVISTA

Getulio Marques

'No Brasil tem muitos Brasis'

20

ENTREVISTA

Gaudêncio Frigotto

'O Ministério da Educação é onde a luta de classes se expressa de forma mais dura'

24

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Programas e políticas públicas em Educação Profissional pós-Constituição

28

ORÇAMENTO

Financiamento na Educação

31

O QUE É, O QUE FAZ?

Rede EPCT

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br



JORNALISMO E DEMOCRACIA

O projeto editorial da Poli prioriza o debate sobre Saúde, Educação e Trabalho, mas, sempre que existe uma brecha, nós encontramos um jeito de falar da importância da comunicação pública e, mais precisamente, do jornalismo público. Foi assim no editorial do número de lançamento da Revista e nas duas edições comemorativas dos aniversários de cinco e dez anos. Agora, em 2023, quando a Poli completa uma década e meia de vida, não teria como ser diferente.

Afinal, não foram propriamente calmos os tempos que o Brasil e o mundo viveram de 2018 – quando a Poli completou dez anos – para cá. E a comunicação tem sido protagonista de algumas dessas turbulências. Se em vários países o papel da grande imprensa foi fundamental na defesa da ciência contra o negacionismo que se disseminou durante a pandemia de Covid-19, ela parece estar também no centro de uma crise de legitimidade que muitos estudiosos associam à disposição crescente de adesão social aos ambientes de desinformação. “O consumo de fontes tradicionais de notícias, como a televisão e a imprensa diminuíram significativamente ao longo da última década, mas o acesso às notícias *online* também diminuiu, com níveis de evitação de notícias ainda mais elevados do que muitos outros países em nossa pesquisa”, constata a última versão do *Digital News Report*, da Reuters, de 2023, sobre o Brasil. O texto completa: “A confiança geral nas notícias continuou a diminuir em 2023, caindo de 48% um ano antes para 43%”. E ainda que a televisão mantenha grande influência no país, como espaço de informação e confiança ela vem sendo crescentemente substituída pelas redes sociais, apontadas como principal fonte de notícias por 57% dos brasileiros e incluídas nos 79% que citaram mais genericamente os meios *on line* como espaço onde buscam se informar, segundo o mesmo relatório. Para piorar, a rede social mais utilizada no Brasil, inclusive como fonte de informação, é o *WhatsApp*, que torna mais difícil, por exemplo, o mapeamento de *fake news*.

Basta ficarmos no exemplo da pandemia para lembrarmos que foi principalmente no ambiente das redes sociais que circularam notícias e teorias conspiratórias que buscavam deslegitimar as orientações das autoridades sanitárias e desacreditar a eficácia das vacinas. Da mesma forma, eleições em diferentes países e regiões têm sido cada vez mais marcadas por uma guerrilha digital que envolve mentiras, meias verdade, descontextualizações e outras estratégias que indicam um novo cenário do que se convençiona chamar de ‘comunicação política’. Não é novidade, portanto, que



no Brasil e no mundo, o fenômeno da desinformação ganhou corpo e vem sendo reconhecido como uma ameaça às democracias.

Pois esta edição da Poli comemora, além do seu próprio aniversário, os 35 anos da Constituição que, no Brasil, tornou-se um marco da redemocratização, após mais de duas décadas de ditadura empresarial-militar. A mobilização social e as lutas travadas em torno do texto, que fizeram com que, apesar das muitas contradições, ela pudesse ser chamada de ‘Constituição Cidadã’, expressaram uma experiência de democracia que vai além de um mero regime formal. E que só se realiza de fato com a garantia de direitos sociais e com o combate à desigualdade. No campo da Educação, por exemplo, a disputa que hoje se trava em torno do caráter do Ensino Médio brasileiro, com pressões pela revogação ou pela manutenção da Reforma, tem relação direta com a democracia. A luta entre uma compreensão de Educação Profissional como caminho para reduzir as desigualdades – desnaturalizando a ideia de que alguns devem ser formados para ‘fazer’ e ‘trabalhar’ enquanto outros se preparam para ‘pensar’ e ‘dirigir’ –, e outra que reforça a dualidade que caracteriza a sociedade brasileira é parte da ‘batalha’ por espaço na democracia real.

O fato é que, tanto tempo depois, a defesa da democracia e a luta pelo seu aprofundamento não se tornaram menos necessárias. Ao contrário. Na comunicação, embora a ‘indústria’ da desinformação seja, de fato, um marco dos dias atuais, esse cenário veio se somar a um conjunto de outras ameaças antigas. Não é de hoje que as entidades e movimentos sociais que lutam pela democratização da comunicação denunciam problemas como a concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos grupos econômicos, a propriedade cruzada desses meios e a falta de fomento público à imprensa alternativa, questões que resultam na redução da diversidade e da pluralidade de vozes e temas priorizados no debate público. Em outras palavras, à luta

por uma regulação pública que promova a desconcentração e democratização dos meios de comunicação, com ênfase na rádio e TV que são concessões do Estado, soma-se agora a luta por uma regulação pública das plataformas digitais que as chame à responsabilidade diante do lucrativo ambiente de desinformação que as redes sociais se tornaram. Em ambos os casos, o que está em jogo é a defesa da comunicação como um direito e a compreensão de que, sem informação confiável e jornalismo comprometido com as pautas sociais, a democracia se fragiliza.

No vazio guarda-chuva do que se pode chamar de 'imprensa alternativa', talvez possamos encaixar também as iniciativas jornalísticas de comunicação pública que, como a Poli, assumem o compromisso com um espectro mais amplo da sociedade, tentam reverberar vozes que pouco estão presentes nos canais hegemônicos de mídia e buscam aprofundar o conhecimento do leitor/ouvinte/telespectador/usuário nos diversos temas, enfocando os dados objetivos sem se restringir à notícia factual. A experiência da pandemia de Covid-19, quando instituições como a Fiocruz (à qual a Poli é vinculada) se tornaram fontes primárias de informação para um contingente crescente de pessoas que buscavam orientações confiáveis sobre cuidados individuais e coletivos, talvez possa servir de guia para uma estratégia de fortalecimento de outras práticas comunicativas. E da democracia.

Que bom seria se o esforço de recuperar a confiança da sociedade na ciência e na imprensa, como parte do enfrentamento à 'indústria' da desinformação, contasse cada vez mais com outros atores e instituições (movimen-

tos sociais, sindicatos, entidades acadêmicas...). Que bom seria se eles fossem incentivados (no discurso e nas condições materiais) a se reconhecer nesse lugar de quem pode construir pautas, gerar notícias, produzir conhecimento, disseminar dados e promover o debate público de forma honesta e objetiva, sem que a legitimidade desse papel lhes exigisse abrir mão do lado que ocupam nas 'lutas' que escolheram travar. Que bom seria se o ato de informar e dar a conhecer não precisasse ser apartado das relações sociais que geram vínculo, afeto e confiança.

Depois de um número comemorativo de dez anos que se dedicou a falar do SUS (Sistema Único de Saúde), esta edição da Poli foi pensada como um especial sobre Educação. Nela você vai encontrar a sistematização de conteúdos quase de 'serviço' - como um 'perguntas e respostas' sobre o financiamento da área e um apanhado do que a Constituição legisla sobre o tema - e uma homenagem aos 15 anos da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) em forma de texto jornalístico, com dados e dilemas atuais. Vai se deparar ainda com duas entrevistas que podem ser lidas como um debate firme e fraterno entre um gestor (Getulio Marques, da Setec) e um pesquisador (Gaudencio Frigotto, da UERJ) sobre os rumos da Educação Profissional no Brasil. Por fim, a 'matéria' de capa é um guia contextualizado das principais pautas de Educação que atravessaram a Revista ao longo dos seus 15 anos de existência. E o que nele se revela é uma ampla pauta de lutas pela Educação pública, laica, democrática e de qualidade. Uma pauta que é das muitas vozes que contribuíram com a Revista e com a garantia do direito à Educação até hoje. E que também é nossa. ●



‘Direito de todos e dever do Estado e da família’

Veja o que a Constituição estabeleceu como base legal para a área da Educação

PAULO SCHUELER

A Constituição Federal de 1988 foi resultado da correlação de forças representada na Assembleia Nacional Constituinte, que contou com a participação de mais de 500 parlamentares. Entretanto, seria impreciso afirmar que ela expressa apenas as discussões que ocorreram em subcomissões, comissões e debates em plenário entre 2 de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988. Em verdade, a Carta foi resultado de mais de uma década de mobilizações de massa que resultaram no retorno à Democracia, na reorganização dos movimentos sociais e de suas entidades representativas, e em ganhos econômicos para as categorias profissionais.

A Constituição de 1988 também é resultado da vitória das oposições nas eleições de 1974, da Lei de Anistia, das greves do ABC paulista na virada dos anos 1970 para 1980 e do estabelecimento das eleições presidenciais que ocorreriam no ano seguinte. Como foi destacado na primeira edição desta Revista Poli, lançada em 2008, o texto constitucional dialogou com as propostas dos movimentos organizados, “pois seu Regimento Interno, aprovado em março daquele ano, regulamentava a admissão e tramitação de emendas populares”. Ao mesmo tempo, a Constituição de 1988 foi aprovada após 15 anos de materialização do ideário neoliberal em políticas públicas no cenário internacional, com os “Chicago Boys” e a implementação de suas propostas viabilizadas sob o regime ditatorial de Augusto Pinochet no Chile e, posteriormente,

com a desregulamentação financeira oriunda da segunda crise do petróleo e a ascensão dos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

A Constituição nasce, portanto, dessa dualidade entre uma conjuntura internacional de avanço do mercado privado sobre os setores de atuação do Estado, e uma conjuntura nacional de expectativa democrática para as eleições de 1989. A Educação não passou ilesa dessa disputa no texto de uma “Constituição Cidadã” que apresentou o Estado como responsável por assegurar direitos sociais.

Recém-aprovada, a Constituição Cidadã conviveu com a hiperinflação do final do governo José Sarney e a vitória eleitoral do ex-presidente Fernando Collor de Melo, que estabeleceu a antessala para a aplicação do receituário neoliberal no Brasil que, com variações, não foi totalmente interrompido até hoje. Se houve vitórias importantes, como a quase universalização do Ensino Fundamental, a expansão da Educação Profissional e a maior democratização do acesso às universidades, elas foram acompanhadas de contradições, como a consolidação de grandes conglomerados privados de educação na esteira das políticas de ampliação de acesso ao Ensino Superior.

Neste texto, você vai acessar uma sistematização de tudo que a Constituição determina sobre Educação, tanto o que já foi previsto na versão original quanto as mudanças que vieram depois, por meio de Emendas Constitucionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Educação Básica e Infantil

A Constituição de 1988 inovou ao delegar ao Estado o dever de garantir o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, lançando, portanto, as bases para uma política de Educação de Jovens e Adultos. Após 35 anos, a medida pode ser comemorada: foi inequívoca a ampliação do acesso e a quase universalização do Ensino Fundamental no Brasil – segundo o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2020, 98,1% da população de 6 a 14 anos frequentava ou já havia concluído esse segmento.

Em 2006 o Ensino Fundamental foi ampliado para nove anos e a Emenda Constitucional 53 estabeleceu oito alterações em dispositivos referentes à Educação, com destaque para a ampliação da exigência de cooperação técnica e financeira da União com estados em programas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, além de mudanças para atendimento de crianças até cinco anos. O Fundeb, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, também decorre da EC 53, em substituição ao Fundef.

Sobre o Ensino Médio, a Carta afirmou que o Estado deveria promover a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade”. Na primeira edição da Poli, informamos que o texto foi alterado em 1996 pela Emenda Constitucional 14, passando a referir-se à “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito”. Nesse número inaugural da Revista você leu também que, apesar dessa mudança, o texto anterior permaneceu na Lei de Diretrizes e Bases. Em 2009 a Emenda Constitucional nº 59 tornou o ensino obrigatório para todas as crianças e jovens com idade entre 4 e 17 anos.

De acordo com os mesmos dados de monitoramento do PNE, em 2020, 73,1% dos adolescentes de 15 a 17 anos frequentavam ou já tinham concluído o Ensino Médio.

ALÉM DA

CONSTITUIÇÃO

- ▶ *Em 1990, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçou o papel da Educação para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes até 17 anos, em integração a outros direitos como à saúde, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito mútuo, liberdade e convivência familiar e comunitária.*
- ▶ *Em 2005, através da Lei 11.114, foi tornado obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade.*
- ▶ *Em 2013 o Estatuto da Juventude estabeleceu a democratização do acesso e da permanência dos jovens nas escolas em todas as modalidades e também o acesso ao Ensino Superior, com respeito às chamadas ações afirmativas.*
- ▶ *Em 2017, houve alteração da LDB, estabelecendo-se carga mínima anual de 800 horas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, distribuídas em 200 dias letivos. No mesmo ano, estabeleceu-se o 'novo Ensino Médio' através da Lei 13.415. Combatida até os dias atuais por movimentos sociais ligados à educação, essa lei deve passar por revisão em breve, já que o Ministério da Educação apresentou uma proposta de mudanças no conteúdo da Reforma, a partir dos resultados de uma consulta pública.*

Educação Profissional

A Constituição de 1988 induz a Educação Profissional como princípio no primeiro artigo sobre o tema, nº 205, quando descreve que o ensino tem dentre seus pilares a “qualificação para o trabalho”. Contrapõe-se, dessa forma, à orientação inicialmente legislada pela Constituição do Estado Novo, de 1937, que em seu artigo 129 dizia que “o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais”.

Ensino Superior

Um avanço da Constituição Cidadã foi a garantia legal de autonomia para as universidades, como descrito no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O texto também estabeleceu a possibilidade de essas instituições receberem apoio financeiro do poder público para atividades de pesquisa e extensão.

Uma das expressões da autonomia universitária na Constituição é a garantia de eleição interna com a submissão de lista triplíce para a definição de seus dirigentes ao Ministério da Educação, mas, mesmo essa regra, que alguns pesquisadores da área consideram restritiva, foi cumprida com revezes. Um exemplo foi o que ocorreu em 1998 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que viu o candidato mais votado pela comunidade acadêmica, Aloisio Teixeira, ser preterido pelo terceiro colocado no pleito, José Henrique Vilhena. Durante os últimos anos, outras universidades públicas passaram pelo mesmo processo de esgarçamento de sua institucionalidade.

Etnicidades e Educação

O artigo 210 da Constituição instituiu que será “assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” no Ensino Fundamental regular.

ALÉM DA

CONSTITUIÇÃO

- ▶ *Em 1996, uma nova lei (9.394) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu o respeito à liberdade e apreço à tolerância; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e a promoção da diversidade étnico-racial. O texto também permitia aos povos indígenas o direito de estabelecer formas de organização escolar, dando-lhes autonomia para a proposição de conteúdos de ensino. Definiu ainda as creches e pré-escolas como integrantes da Educação Básica, obrigando o Estado a ofertar vagas de forma gratuita – mas para crianças apenas a partir dos quatro anos de idade.*
- ▶ *Em 2008, a Lei 11.645 determinou a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da temática da história e cultura indígena, além da afrobrasileira – estabelecida anteriormente pela Lei 10.639, de 2003 (ver Poli nº 90).*
- ▶ *Em 2013, o Estatuto da Juventude estabeleceu ações de enfrentamento às discriminações étnico-raciais, de orientação sexual e de gênero nas escolas brasileiras.*

Educação Especial

Em seu artigo 208, a Carta garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” e a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”.

ALÉM DA

CONSTITUIÇÃO

- ▶ *Um ano após a promulgação da Constituição de 1988, a Lei 7.853/89 passou a dispor sobre as pessoas com deficiência. Seu texto estabeleceu a Educação Especial como modalidade educativa, com a inserção de escolas especiais públicas e privadas e a oferta obrigatória da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e a matrícula compulsória de pessoas com deficiência em cursos regulares de instituições públicas e também particulares.*
- ▶ *Em 1994, a Lei 10.098 estabeleceu normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, definindo a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, além da reforma de edificações públicas e privadas. Ao mesmo tempo, seu texto alterou o dispositivo de formação de profissionais intérpretes de escrita em braile e linguagem de sinais.*
- ▶ *Em 2002 foi estabelecida a exigência da inclusão do ensino de Libras nos cursos de formação de Educação Especial e magistério nos sistemas educacionais federais, estaduais e municipais.*
- ▶ *Em 2015 cria-se lei pela instituição de um cadastro de alunos com altas habilidades ou superdotação, para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.*

Público x Privado na Educação

Em seu artigo 205, a Constituição afirma que a Educação é “direito de todos e dever do Estado e da família” e que será “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, com vistas ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Voltemos à edição inaugural da Poli, que demarcou essa diferença ao afirmar que, em relação à legislação anterior, houve o “reconhecimento da importância da educação para formar cidadãos”.

Para assegurar tal direito, o texto proclamou a gratuidade em todo o ensino oficial público, avançando sobre a legislação anterior, que só assegurava que o Ensino Fundamental fosse gratuito. Até então não havia regramento legal para todo o território nacional com esse imperativo para os ensinos Infantil ou Médio, de modo que cada estado aplicava sua própria lei.

Ao mesmo tempo, foi a Constituição de 1988 a primeira a reconhecer e legitimar a existência de um mercado de escolas particulares. O texto, dessa forma, se rendeu ao “fato consumado”, ao estabelecer que a oferta de ensino pode ser objeto da iniciativa privada “com fins lucrativos”, pois até 1988 a legislação não permitia a existência de tais instituições, embora elas já estivessem presentes no sistema de educação brasileiro ‘maquiando’ sua contabilidade para esconder o lucro, como sugeriu o professor Romualdo Portela em entrevista à edição inaugural da Poli.

Além do reconhecimento, a Carta permitiu a destinação de recursos públicos para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovassem finalidade não lucrativa, aplicassem seus excedentes financeiros em Educação e assegurassem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público no caso de encerramento de suas atividades.

Além disso, através do artigo 213 da Carta, os recursos do orçamento público puderam ser destinados a bolsas de estudo para o Ensino Fundamental e Médio para alunos que demonstrassem insuficiência financeira em locais com falta de vagas ou oferta de cursos regulares da rede pública na localidade de sua residência.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 85, de 2015, permitiu que “as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de Educação Profissional e Tecnológica (da iniciativa privada) poderão receber apoio financeiro do poder público”.

Ao completar cinco anos em 2013, em sua edição 31, a Revista Poli afirmava que “passado e presente não são muito diferentes para a área de Educação no que diz respeito às brechas legais para atuação do setor privado... Também esse campo foi invadido pela presença não só de empresas privadas mas de verdadeiros grupos internacionais de investimento, a ponto de a grande política de Educação Profissional estar sendo tocada principalmente pelo Sistema S, e, no Ensino Superior, o Brasil ter se tornado o quinto maior mercado do mundo. Tudo isso financiado com subsídios públicos”. A principal bandeira dos defensores da escola pública na Constituinte, que era o uso exclusivo de recursos públicos nas instituições públicas de ensino, não foi contemplada na Carta de 1988.

ALÉM DA

CONSTITUIÇÃO

- ▶ *A mesma edição da Poli afirmava que “especificamente na área de Educação, quando se somou ao texto original a legislação que veio depois, a situação só piorou. Um exemplo é que, embora o artigo 213 da Constituição só permita o repasse de verba pública para instituições sem fins lucrativos, os artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) permitem que o Estado aplique recursos em bolsas públicas e privadas, desde que seja subsídio ao aluno e não às instituições”.*

Democracia, Cidadania e Representação Popular

A Constituição de 1988 também foi responsável pela defesa da democratização da vida escolar, com garantia de pluralidade, virtude que se estabeleceu após a vigência de 21 anos de regime ditatorial no Brasil. Em seu artigo 206, a Carta afirma que o ensino será ministrado com base na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público”.

Ao contrário do que ocorreu na área da Saúde, que criou o SUS, Sistema Único de Saúde, o texto constitucional não instituiu o arcabouço de um

sistema nacional de educação.

A Educação Infantil é responsabilidade de estados, o Ensino Fundamental de municípios e estados, o

Ensino Médio prioritariamente de estados e o Ensino Universitário prioritariamente à União. Ao mesmo tempo, há casos de instituições privadas que oferecem serviços da Educação Infantil ao Ensino Superior, e precisam prestar contas legais e fiscais para município, estado e União.

Apresentado em 2019, o Projeto de Lei Complementar 235 propôs, finalmente, a instituição do Sistema Nacional de Educação. Até o fechamento desta edição, a proposição estava sujeita à apreciação do plenário da Câmara dos Deputados.

Valorização Profissional na Educação

A Carta estabeleceu os princípios de lutas, que já duram 35 anos, em busca da valorização dos profissionais da Educação. O artigo 206 trata da “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” e o “piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal”.

ALÉM DA

CONSTITUIÇÃO

▶ *Em julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.*

DUDA BENTES / AGIL



CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Financiamento

Em seu artigo 212, a Constituição estabeleceu que a União “aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (leia mais na pág. 16).

No mesmo ano, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído pela Emenda Cons-

titucional n.º 14, com o objetivo de reunir recursos da União, estados e municípios para o financiamento do Ensino Fundamental proporcionalmente ao número de matrículas em cada rede.

O Fundef foi transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) através da Emenda Constitucional n.º 53/2006, com vigência estabelecida para o período 2007-2020. Seu teor foi modificado em 2020, quando se criou o novo Fundeb por meio da Emenda Constitucional n.º 108 (leia mais na pág. 16). ●

15 ANOS DE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA POLI

Nesta edição comemorativa de aniversário, em vez de mais uma reportagem, a Revista traz um mapa de tudo que foi publicado sobre o campo educacional na sua década e meio de existência

CÁTIA GUIMARÃES

Reforma do Ensino Médio, integração entre Educação Básica e Profissional, relações entre o público e o privado, programas e políticas públicas, financiamento, participação social, educação de jovens e adultos, educação popular, educação indígena, educação especial, educação do campo, cotas, militarização, ensino domiciliar, 100 anos de Paulo Freire... Foram muitas as pautas do campo da Educação que a Poli cobriu, divulgou, acompanhou e debateu ao longo dos seus 15 anos de vida. Nesta edição comemorativa de aniversário, em vez de uma reportagem de capa, você vai ler uma espécie de mapa, que localiza, no contexto histórico e nas páginas da Revista, os principais temas que marcaram o debate educacional nesse período. O uso desse conteúdo é você quem decide: pode servir como guia para encontrar referências sobre os assuntos que marcaram o campo da Educação nessa última década e meia ou simplesmente como registro da memória do jornalismo a serviço do direito à Educação.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: a Poli informou, a Poli avisou...

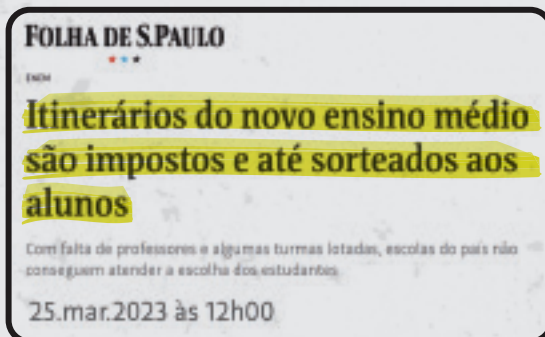
Quando os resultados negativos da Reforma do Ensino Médio começaram a ser notícia nos grandes jornais brasileiros, no início de 2023, fazia pelo menos sete anos que, nas páginas da Poli, pesquisadores, gestores e representantes de movimentos sociais alertavam que isso iria acontecer. Não eram apostas e falas genéricas: todos os problemas destacados nas manchetes da grande imprensa foram antecipados por especialistas e militantes da educação ao longo de dez reportagens, publicadas em dez edições. Quer um exemplo? Nós temos vários.

No dia 25 de março de 2023, uma reportagem da Folha de S. Paulo informou que "Itinerários do novo ensino médio são impostos e até sorteados aos alunos". Pois já em 2016, na matéria de capa da Poli que anunciou a Medida Provisória de Michel Temer que instituiu a reforma, o pesquisador Paulo Carrano, da Universidade Federal Fluminense, alertava: **"Da maneira como está feito, não são os jovens que vão escolher o leque formativo, são os estados que vão oferecer dentro das suas conveniências e capacidades"**. Três anos depois, em entrevista à edição 62, o professor Carlos Jamil Cury, da PUC-MG, lembrou que "pelos menos 2.500 municípios brasileiros têm apenas uma escola de Ensino Médio". E questionou: "Como falar em opções se a gente sabe que em boa parte dessas escolas, mesmo das outras três mil e poucas, não há número de professores suficiente? Estas escolas têm infraestrutura física e pedagógica para dar conta daquilo que se espera de um bom Ensino Médio?".

A julgar pelas páginas da Poli, a resposta é não. Ou melhor, depende: em 2020, quando venciam o prazo que a legislação tinha estabelecido para as primeiras mudanças no Ensino Médio, a reportagem de capa do número 68 da Revista fez um passeio por estados de todas as regiões para mapear como a reforma estava sendo implementada na prática e mostrou a diferença (ou a desigualdade) de condições entre estados como São Paulo e Maranhão, por exemplo. Não por acaso, dialogando com a grande promessa da reforma de promover o "protagonismo" dos estudantes, um dos blocos da reportagem perguntava se haveria escolha de verdade. Para ajudar a responder, o texto primeiro explicava que, "apesar de defender a escolha dos jovens, a legislação não obriga as redes a oferecerem os cinco itinerários": a única exigência, feita pelas Diretrizes Curriculares, era que, mesmo dividindo por diferentes escolas, cada município precisava ofertar mais de um itinerário. Depois de conversar com responsáveis pela reforma em alguns estados, o texto concluiu: "Na prática, o que os gestores ouvidos pela Poli relatam é que a decisão das redes estaduais não deve ir muito além dos poucos limites postos pela legislação".

Isso foi na edição de janeiro/fevereiro de 2020. Um mês depois, a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil, com todas as consequências sanitárias e sociais já conhecidas - e que protagonizaram as páginas da Poli a partir da edição 70. Por isso, o número 76 da Revista fez um outro mapeamento da situação da reforma nos estados, destacando agora a nova pedra que tinha surgido no caminho das redes estaduais de educação. E a dificuldade orçamentária continuava sendo protagonista do drama. A matéria concluiu: "Se tem algo que absolutamente não mudou nesse um ano de intervalo entre a reportagem anterior e

esta, foi a preocupação dos gestores com o quanto essas mudanças vão pesar no caixa dos governos. (...) com a pandemia, a queda de arrecadação tributária e os gastos extras





impostos aos estados agravou a crise econômica que vinha de muito antes”. E havia ainda outros problemas, que até hoje não ganharam muito espaço nas páginas dos grandes jornais: em várias reportagens da Poli, gestores e pesquisadores apontaram, por exemplo, a dificuldade que o novo desenho do currículo impõe sobre a mobilidade dos estudantes – se um aluno precisa mudar de escola no meio do Ensino Médio, há grandes chances de não encontrar o mesmo itinerário formativo que cursava na nova instituição. “A ideia de escolha [dos estudantes] não se sustenta”, resumiu a pesquisadora Debora Duarte, em entrevista da edição 81 da Poli, de janeiro/fevereiro de 2022.

Este ano as matérias da grande imprensa mostraram a um número maior de pessoas que a expressão dessas mudanças no currículo se deu, de fato, mais como fragmentação do que como flexibilidade: a Folha de S. Paulo, por exemplo, noticiou, também em março de 2023, que as “Escolas estaduais ofertam ao menos 1.526 disciplinas no novo ensino médio”. Segundo a reportagem, “para estudantes, a ampla oferta de disciplinas com temas tão diversos atrapalha o aprendizado de conteúdos que consideram essenciais”. E o texto completa: “Em algumas escolas, por exemplo, são oferecidas aulas como RPG-conquistadores do mundo, Torne-se um milionário ou de esportes radicais”. Um mês antes, matéria do jornal O Globo também anunciava que “Após reforma do ensino médio, alunos têm aulas de ‘O que rola por aí’, ‘RPG’ e ‘Brigadeiro Caseiro’”. Aos pesquisadores do campo da Educação ouvidos frequentemente pela Poli, nada disso surpreendeu. Na mesma entrevista concedida à edição 81, a pesquisadora Debora Duarte já citava que a rede de São Paulo tinha um itinerário chamado ‘Se liga na mídia’. “Vai ter uma enormidade de cursos que tiram o básico da formação e, no lugar, colocam o estudante, por exemplo, para aprender planilhas de excel”, previu.

Dois anos antes das notícias que descobriram os problemas do Novo Ensino Médio, na mesma matéria de capa de 2020 que percorreu alguns estados para saber como andavam as mudanças, a Poli destacou análise do professor Genylton Rocha, do núcleo de pesquisa sobre educação básica da Universidade Federal do Pará (UFPA), segundo a qual o desenho da reforma promovia, “pela primeira vez”, um “parcelamento do conhecimento” no Ensino Médio, representando uma ruptura com a “concepção de Educação Básica adotada no Brasil a partir da Constituição de 1988”. Na edição 48, Marise Ramos, então professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) também alertou: “A síntese dessa medida é uma formação precária, que vai se tornar realidade, principalmente, para os filhos da classe trabalhadora”.

Vale ainda lembrar que, na verdade, a disputa em torno das concepções de educação que deveriam orientar mudanças no Ensino Médio brasileiro começou muito antes da Medida Provisória que instituiu a reforma em curso. E a cobertura da Poli também. A Revista nem tinha completado um ano de vida quando, em 2009, o Ministério da Educação, então sob responsabilidade do atual ministro da economia, Fernando Haddad, submeteu e viu aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) o projeto ‘Ensino Médio Inovador’, que também ampliava a carga horária desse segmento para 3 mil horas e, embora não tivesse o mesmo desenho de itinerários da reforma atual, reservava 20% desse total a “atividades, projetos e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes”. Da mesma forma, reorganizava o conteúdo em eixos temáticos, embora, como duas reportagens da Poli (edições 6 e 7) esclareciam, não propusesse a eliminação das disciplinas. “Os meios de comunicação divulgaram equivocadamente o programa, em especial a questão das áreas de conhecimento no Ensino Médio, apontando o fim das disciplinas”, queixou-se, à época, o então diretor de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica do

“

MEC, Carlos Artexes. Por fim, num aspecto sobre o qual a reforma atual não toca, o Ensino Médio Inovador propunha

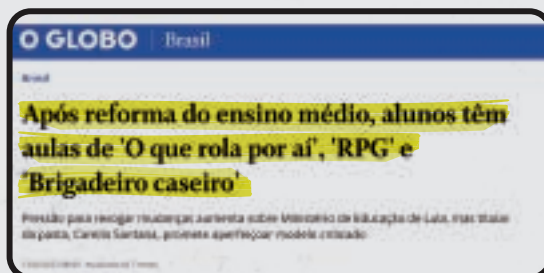
que os professores tivessem dedicação exclusiva e que a leitura fosse “elemento central e básico em todas as disciplinas”. Nas páginas da Poli, especialistas em educação fizeram elogios à concepção que embasava o programa e críticas, por exemplo, ao caráter genérico das propostas, como destacou o professor Celso Ferreti na edição nº 7. Independentemente dessas ava-

A DISPUTA EM TORNO DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO QUE DEVERIAM ORIENTAR MUDANÇAS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO COMEÇOU MUITO ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUIU A REFORMA EM CURSO. E A COBERTURA DA POLI TAMBÉM”

liações, como não se configurou como lei e sim como iniciativa de fomento às escolas que aderissem, o Ensino Médio Inovador não teve continuidade.

Foi todo esse histórico que permitiu que na reportagem de capa da edição 48, que anunciou a Medida Provisória de Michel Temer que instituiria a Reforma do Ensino Médio, em 2016, se afirmasse que “o conteúdo da reforma” não era “propriamente uma surpresa”. Na época, já fazia três anos que tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei com o mesmo tema (PL 6840/2013), de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) (...). Dez anos e muitas críticas depois, um novo projeto de lei, nº 2601/2023, do deputado João Carlos Bacelar (PV-BA) e apoiado por vários pesquisadores que passaram pelas páginas da Poli ao longo de todo esse tempo, propõe mudanças que representam, na prática, a revogação da reforma, como mostrou, bem recentemente, a edição 89 da Revista. O último capítulo dessa novela é a proposta de mudança

apresentada pelo MEC este ano, após os resultados de uma consulta pública sobre o Novo Ensino Médio. Essas medidas serão ou não implementadas? O que os pesquisadores, profissionais e militantes da Educação pensam sobre elas e seus desdobramentos? Essas são cenas das próximas pautas, que você vai acompanhar nas edições da Poli. ●



CONFERÊNCIAS: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Uma notícia saindo do forno anuncia que profissionais, estudantes, militantes e gestores da educação devem se reunir em Brasília entre 28 e 31 de janeiro de 2024 para participar de uma Conferência Nacional de Educação (Conae) extraordinária. O objetivo principal é construir, a partir do debate coletivo, as bases do que deverá ser o próximo Plano Nacional de Educação (PNE), com validade até 2034, já que o atual 'vence' no próximo ano. A notícia é nova, mas o assunto é um velho conhecido dos leitores da Poli: afinal, ao longo desses 15 anos de existência, a Revista promoveu debate preparatório e pautou todas as conferências realizadas, além do acompanhamento das disputas e dificuldades de implementação do PNE que está em vigor.

Corria ainda o ano de 2009 quando foi anunciada a Conae 2010, considerada a primeira de um novo ciclo. A promessa era discutir a criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) e formular propostas para um novo PNE. A edição nº 6 da Poli conversou com Dermeval Saviani e Carlos Jamil Cury para explicar e historicizar o tema da Conferência e iniciar o debate sobre o primeiro eixo do encontro, que abordava o papel do Estado. Essa foi a primeira de uma série de seis reportagens e quatro edições em sequência que conversaram com especialistas sobre os seis eixos temáticos da Conae 2010. A ideia era contribuir para subsidiar o debate que antecedia o encontro. O balanço do processo e das expectativas em relação à Conferência foi tema da edição 10, seguida, no número consecutivo, pela cobertura jornalística da Conae, que destacou o quanto o financiamento, a valorização dos profissionais e a questão da inclusão estiveram no centro das discussões do encontro. Uma das decisões mais importantes da Conferência foi que o investimento público em educação no Brasil deveria aumentar de modo a atingir 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 e 10% em 2014. O PNE 2011-2020 foi aprovado, no entanto, com uma redução dessa meta, estabelecendo o teto de 7% do PIB até o final da sua vigência. Já o Sistema Nacional de Educação, que também constava do título e dos objetivos da Conae 2010, embora tenha sido largamente tematizado no relatório final do encontro, ainda não foi estabelecido legalmente. Como a Poli nº 83 informou e debateu, continua em tramitação o Projeto de Lei Complementar (nº 235/2019), sobre o tema.

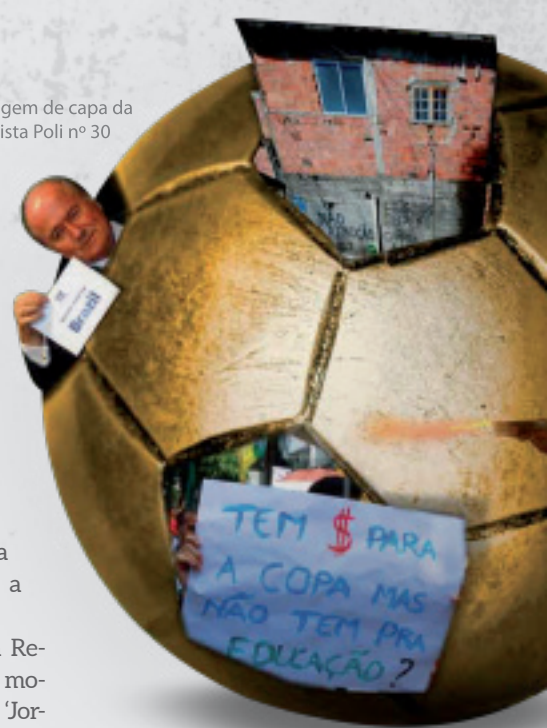
Quando a 2ª Conae, que se realizaria em 2014, foi convocada, o PNE referente ao período 2011-2020 ainda não tinha sido aprovado no Congresso. Em entrevista à Poli, Daniel Cara, que à época era o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito

à Educação, fez um balanço do PNE que ainda estava em tramitação, apontando os principais pontos de tensão entre as propostas dos movimentos sociais e a pressão das fundações empresariais. Não por acaso, uma das expectativas que ele apontou em relação à segunda Conae era pressionar pela aprovação "de um PNE que a gente diga que é para valer".

Os números seguintes da Revista precisaram lidar com a movimentação das chamadas 'Jornadas de Junho', que sacudiram o país naquele ano de 2013. A edição 29 foi toda modificada para dar conta de debater o 'Eco das manifestações' em áreas de como saúde, imprensa, mobilidade urbana e educação – e, nesse caso, o foco foi o debate sobre financiamento, segundo eixo da Conae 2014 e, provavelmente, o que promoveu mais embate e polêmica na Conferência. A partir de entrevistas com os professores Luiz Araújo, da Universidade de Brasília, e José Marcelino Rezende, da Universidade de São Paulo, ambos especialistas no tema, a reportagem mostrou que as principais 'bandeiras' da Conae 2014 em relação ao financiamento seriam a garantia dos 10% do PIB para a educação pública e o fim dos incentivos governamentais à educação privada. E os leitores da Poli vão se lembrar que a novidade do momento, intensificada pelas manifestações que tomavam as ruas do país, era a disputa em torno dos recursos do pré-sal para a Educação.

Na edição 30, de setembro/outubro de 2013, a poeira das manifestações sociais ainda não tinha baixado e a capa da Poli destacava o questionamento sobre a realização do Mundial de futebol no Brasil. A arte de capa exibiu a imagem de uma bola de ouro em

Imagem de capa da
Revista Poli nº 30



que, entre várias referências polêmicas daquela conjuntura, se lia o cartaz de um manifestante que perguntava: "Tem \$ para a Copa mas não tem para a educação?". Já no interior da Revista, uma matéria discutia a relação entre educação e desenvolvimento, também como subsídio ao debate do segundo eixo da Conae que aconteceria em 2014, enquanto outra reportagem, de uma série especial sobre 'público e privado na Educação', lembrava que a deliberação da Conae anterior, de "substituir as instituições privadas sem fins lucrativos pela rede pública direta" na Educação Infantil provavelmente não seria cumprida. Depois de uma breve interrupção na edição 31, que foi comemorativa dos seus cinco anos de existência, a Poli chegou a discutir o eixo temático da



2ª Conae sobre avaliação no número 32, mas foi surpreendida, como todo mundo, pelo adiamento da Conferência pelo MEC. Esse foi o tema da reportagem da edição seguinte, que começava com uma autorreferência: "A Poli estava quase pronta, esperando só a cobertura da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), que seria a matéria de capa. Mas a Conae não aconteceu. E isso acabou virando notícia".

O MEC alegou excesso de gastos e falta de tempo hábil para uma nova licitação, enquanto, do outro lado, representantes de movimentos sociais acusavam o governo de tentar desmobilizar o encontro. Só um ano depois, na primeira edição de 2015, a cobertura da 2ª Conae, realizada em novembro de 2014, foi publicada nas páginas da Poli. E, destacando indícios de uma má relação entre o Congresso e o controle social, a matéria começou apontando que o clima da Conferência "não era dos mais auspiciosos" - foi no final deste mesmo ano que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Com o *impeachment* confirmado, um decreto do governo empossado adiou a 3ª Conae para o segundo semestre de 2018, num período muito próximo das eleições. Além disso, uma portaria, nº 577, alterou a composição do Fórum Nacional de Educação, desagradando entidades e movimentos sociais e tornando-se o estopim para a convocação da 1ª Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que discutiu, principalmente, a questão do financiamento - afinal, se a falta de recursos é um problema crônico da área de Educação, naquele momento o cenário se agravava com a vigência da Emenda Constitucional 95, que instituiu um teto de gastos para o governo federal. Pressionada e esvaziada pelo calendário eleitoral, segundo avaliação de entidades e movimentos sociais, a 3ª Conae de fato aconteceu em novembro daquele ano, com menos

CONAPE PNE CONAE

da metade dos participantes da versão anterior, mas a Poli não estava lá. Quatro anos depois, houve uma nova Conape, a edição popular do encontro, e uma 4ª Conae, que aconteceu de forma híbrida, com um número ainda menor de integrantes e

grande parte deles participando remotamente, pela internet, em função de cortes definidos pelo governo. No seu número 87, o primeiro de 2023, sob o título 'A Conae que (não) aconteceu', a Poli informava que "a legitimidade" daquela edição estava sendo "questionada sob argumentos de que não houve garantia de participação". "A Conferência de 2022 não é representativa. Não tem condições de ser a conferência que dispara o trabalho de preparação do próximo Plano Nacional de Educação", defendeu o professor da Universidade Federal do ABC, Fernando Cássio, em entrevista à reportagem. A convocação de uma Conae extraordinária para elaborar as bases da proposta do novo PNE em janeiro de 2024 sugere que ele não estava sozinho nessa avaliação. ●

MAS TEM DINHEIRO? O ETERNO PROBLEMA DO FINANCIAMENTO

O debate sobre o financiamento da Educação atravessou todas as reportagens e entrevistas da Poli sobre as conferências nacionais de educação. Mas o tema esteve presente também em muitas outras edições. Em 2015, quando o governo começava a promover um ajuste fiscal, uma reportagem especial discutiu os impactos dessas medidas no financiamento de diversas áreas, entre elas a Educação. A ameaça do fim das vinculações constitucionais de receita para Saúde e Educação foi destaque também na edição 45, de 2016, que discutia o documento 'Uma ponte para o futuro', programa do PMDB para o governo empossado pós-*impeachment*. Já em 2020, quando o governo do então presidente Jair Bolsonaro submeteu ao Congresso três Propostas de Emenda Constitucional que compunham o chamado 'Plano Mais Brasil', que se propunha a ser uma nova reforma do Estado, a Poli também discutiu os impactos da medida sobre a Educação. Na edição 74, reportagem que fazia o balanço do orçamento federal aprovado para 2021 trazia a crítica de especialistas da área, destacando a insuficiência dos recursos.

Tudo isso sem contar o novo Fundeb, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação, aprovado em 2020, que foi pauta de três grandes reportagens e uma entrevista da Poli, nas edições 66, 75, 77 e 82. Enquanto acompanhava de perto todas as movimentações da tramitação do novo Fundeb no Congresso Nacional, a Poli se deparou (e noticiou) com uma

tentativa de incluir o Sistema S e outras instituições privadas como beneficiárias dos recursos do Fundo. A proposta não foi aprovada exatamente daquele jeito, mas não passou despercebida porque, como a então professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Marise Ramos destacou na matéria daquela edição (nº 75), **"a transferência de recursos públicos para instituições privadas é uma prática recorrente na história da educação brasileira"**. Foi exatamente por isso que, ao longo de quatro edições (27 a 30), a Revista produziu uma série de reportagens sobre a relação entre público e privado na Educação. ●



O DIREITO DE POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Política de cotas, educação do campo e indígena, educação especial: o debate acadêmico e as iniciativas que visam garantir ou ampliar o direito à Educação de segmentos mais vulnerabilizados da população foram também temas recorrentes da Poli ao longo desses 15 anos. A divulgação de experiências desenvolvidas por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi o ponto de partida para a matéria de capa da segunda edição da Revista discutir práticas como a pedagogia da alternância e programas que, em 2008, fomentavam a educação do campo. Mais tarde, em 2014, o recorte desse tema para a Educação Profissional foi também reportagem de capa da edição 34. Um pouco antes, em 2010, os dados nacionais sobre esse segmento educacional foram reforçados com a visita, *in loco*, a quatro municípios do Rio de Janeiro para apresentar e publicar um retrato das escolas rurais no Brasil. E, mesmo antes de tudo isso, a seção de 'Dicionário' da edição 23 abordou, como verbete, o conceito de 'educação do campo'.

A preocupação com "escola para quem precisa" estava tão presente desde a origem da Poli que, depois de destacar a educação do campo na segunda edição – a primeira foi dedicada aos 20 anos da Constituição –, o terceiro número discutiu o desafio de ampliar a presença da população negra na Educação Profissional e no Ensino Superior num tempo em que ainda não existia a lei de cotas, criada só

em 2012. Esse tempo já parecia muito distante quando foi produzido o número 84 da Poli, cuja reportagem de capa fez um balanço de dez anos dessa legislação, que precisava ser renovada. E a frase que abre a matéria não poderia ser mais precisa: "A universidade mudou". Os dados não deixavam dúvidas: citando informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a uma pesquisa de 2019, o texto mostrou que, naquele ano, pela primeira vez, o número de pretos e pardos ultrapassou a quantidade de brancos nas universidades brasileiras (50,3%), embora continuasse abaixo da proporção populacional, já que os negros representavam 56,6% do total de habitantes. E como sempre que possível a Poli destaca o recorte da Educação Profissional, a reportagem também mostrava que a maioria das matrículas da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) em 2021 (43%) foram de pretos e pardos, embora, nesse caso, 24,5% não tenham declarado cor ou raça. "Em âmbito federal esta lei foi uma verdadeira revolução do ponto de vista da história do Ensino Superior brasileiro. [Ela mudou] aquilo que já ficou caracterizado como uma espécie de confinamento racial, em que as instituições são públicas, porém quando decompomos

a participação dos grupos raciais temos um percentual muito grande e quase isolado de pessoas brancas", analisou, na reportagem, o pesquisador da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e então presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, Cleber Vieira.

Foi, no entanto, o reconhecimento de que a Educação tem um importante papel na luta antirracista e de que, para isso, ainda há muita estrada pela frente que pautou uma reportagem da edição 88, deste ano de 2023, que discute a não-implantação da Lei 10.639/2003, que determina a inclusão de conteúdos de História e Cultura Afrobrasileira no currículo escolar brasileiro.

Também antes da lei de cotas, que contemplou iniciativas de inclusão para esse segmento da população, a educação indígena foi tema de capa da edição 18. As necessidades e as políticas existentes para a população carcerária foram discutidas ainda na revista nº 4. Os desafios para se garantir o direito à Educação Básica e Profissional a pessoas com deficiência foi tema da Poli nº 12, enquanto na edição 67, de 2019, uma reportagem mapeou as estratégias desenvolvidas no âmbito da Rede EPCT para apoiar a formação profissional dos estudantes com necessidades especiais. ●

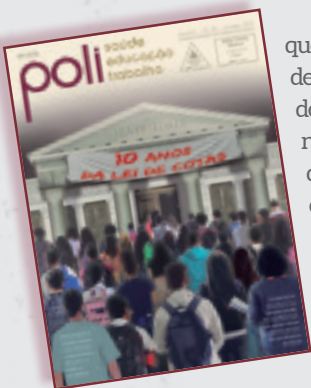
CONJUNTURA POLÍTICA E NOVOS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

A todos os temas 'clássicos' que marcam as lutas dos movimentos sociais e as políticas públicas no campo da educação que a Poli acompanhou na última década e meia, somaram-se, nos últimos anos, outros desafios muito concretos. Corria o ano de 2016 quando, na edição 44, a revista se viu obrigada a, pela primeira vez, promover o debate sobre se a escola faz ou não "doutrinação". É que crescia, naquele momento, um movimento chamado 'Escola sem Partido', que acusava professores de usarem seu lugar de

autoridade em sala de aula para fazer propaganda política de esquerda e se materializou em projetos de lei que tramitavam em várias casas legislativas. A pauta foi repetida em entrevista da edição 52 com o professor Fernando Penna, da Universidade Federal

Fluminense (UFF), que se tornou referência no enfrentamento a esse movimento. Pouco mais tarde, outra reportagem mapeou os vínculos do Escola sem Partido no parlamento e na sociedade, com foco em segmentos religiosos. Nesse meio tempo, o movimento sofreu derrotas sucessivas, com a declaração do Supremo Tribunal Federal de que os projetos de lei aprovados eram inconstitucionais. Mesmo assim, parecia que as pautas conservadoras não paravam de avançar no campo da Educação – por isso, esse foi o tema de uma reportagem da Revista 84, de julho/agosto de 2022.

Entre essas pautas conservadoras, destacam-se a militarização – com o investimento público, principalmente federal, nas escolas cívico-militares – e o *homeschooling*, que advogava o direito ao ensino domiciliar. O primeiro foi tema das edições 49 e 64 da Poli, enquanto o segundo foi debatido na edição 62 e numa entrevista com Romualdo Portela, professor da USP, no número 78. ●



DEPOIS DE TUDO... O VÍRUS

Como problema pouco é bobagem, ainda teve a pandemia. Durante mais de dez edições, quase sem interrupção, a Poli abordou uma variedade de dificuldades extras que as redes educacionais estavam enfrentando em meio à crise sanitária. No primeiro número da Revista já inteiramente dedicado à pandemia de Covid-19, de maio/junho de 2020, a reportagem ouviu secretários estaduais e municipais de educação de diferentes partes do país sobre os obstáculos e as estratégias que estavam sendo adotadas. Além disso, deu voz à preocupação de pesquisadores sobre a garantia de acesso igualitário às atividades à distância que começavam a ser implementadas. O objetivo era ajudar a responder à pergunta que se expressava no título da matéria: “Como garantir o direito à educação em meio à pandemia?”.

A reportagem de capa da edição seguinte tentou antecipar medidas que especialistas consideravam essenciais para o momento após fim do isolamento social, envolvendo as áreas de Saúde, Trabalho e, claro, Educação. No mesmo número da Revista, no entanto, outra matéria já dava visibilidade ao alerta de alguns pesquisadores sobre o quanto a crise sanitária poderia se tornar, ao mesmo tempo, uma “janela de oportunidades” para fundações empresariais e entidades a elas ligadas que, àquela altura, participavam ativamente do debate sobre as estratégias de aula remota e retorno presencial. O risco apontado era de um processo



REFORÇANDO A INTERRELAÇÃO ENTRE OS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, QUE JUSTIFICAM A EXISTÊNCIA DA REVISTA, A POLI Nº 77 PRODUZIU UMA PAUTA QUE PROVOCAVA PESQUISADORES, EDUCADORES E TRABALHADORES QUE ESTAVAM À FRENTE DO COMBATE À PANDEMIA NOS SERVIÇOS A REFLETIREM SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BASE CIENTÍFICA”



de “privatização por dentro” das redes públicas de ensino. “Com duas, três semanas de pandemia, várias organizações empresariais da educação já estavam mandando questionários para os professores, fazendo pesquisa online para coletar dados e demanda”, comentou Marina Avelar, pesquisadora associada da *Graduate Institute of International and Development Studies*, da Suíça, na matéria. Depois seguiram-se várias reportagens com o debate sobre se era hora de voltar às aulas presenciais, o que era preciso para um retorno seguro e questões mais específicas, como a situação da garantia da merenda escolar nas redes durante a pandemia.

Mas nesse período foi possível – e necessário – também abordar temas mais transversais da Educação, que se tornaram centrais durante a pandemia. Numa reportagem da edição 76, já mencionada, a Poli ouviu secretários estaduais para entender como andava a implementação da Reforma do Ensino Médio. No número 74, a partir da experiência da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e dos Institutos Federais, discutiu as particularidades do ensino remoto para a formação profissional, com o desafio de aulas práticas



e estágio curricular. A Revista jogou novamente foco sobre a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) numa matéria que destacava o papel dos IFs na inovação e produção de insumos e equipamentos que contribuíam com o combate à pandemia nos seus territórios, desde a produção de álcool gel até escudos faciais. Por fim, reforçando a interrelação entre os campos da Educação e da Saúde, que justificam a existência da Revista, a Poli nº 77 produziu uma pauta que provocava pesquisadores, educadores e trabalhadores que estavam à frente do combate à pandemia nos serviços a refletirem sobre a importância de uma formação profissional de base científica, não instrumental, para a capacidade dos trabalhadores de atuarem de forma mais segura e eficaz em meio a momentos de crise como aquela que o mundo estava vivendo. Era como se o conceito e a ‘bandeira’ da Politecnia, que estão no centro do projeto político-pedagógico da EPSJV/Fiocruz e do projeto político-editorial da Revista Poli, se mostrassem de forma concreta, talvez como nunca antes. ●

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A RAZÃO DE SER DA POLI

Não foi por acaso que o primeiro conceito discutido jornalisticamente na seção de 'Dicionário' da Poli, naquela remota primeira edição de setembro/outubro de 2008, foi exatamente Politecnia. E, ao longo desses 15 anos de existência, foram muitas as reportagens que pautaram expressões concretas desse conceito, seja discutindo o currículo integrado e a não separação entre trabalho manual e intelectual que fundamenta o princípio da integração entre formação geral e profissional, seja dando visibilidade à experiência dos Institutos Federais e da própria Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), ou informando e debatendo com um olhar crítico as políticas públicas voltadas para a Educação Profissional.

O debate sobre o Ensino Médio integrado à Educação Profissional foi, por exemplo, capa da edição nº 15, com um balanço das conquistas e das reivindicações dos profissionais, militantes e pesquisadores que defendem essa 'bandeira' como princípio. Era o início de 2011, tinham acabado de acontecer as eleições presidenciais que elegeram Dilma Rousseff e a Educação Profissional tinha ganhado destaque no programa de vários candidatos. Afinal, a eleição acontecia depois de um período em que, entre as prioridades do governo anterior, esteve a ampliação dos Institutos Federais e a criação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, que, como rede, completa 15 anos em 2023 (ver matéria na pág. 31).

A abordagem mais forte da Educação Profissional na Revista ao longo desses 15 anos, no entanto, foi sobre as políticas públicas. Ainda na edição nº 3, em 2009, a Poli explicou o programa Brasil Profissionalizado, que fomentava a Educação Profissional nas redes estaduais com apoio do governo federal. O debate sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional (tanto em 2011 quanto em 2021) e a formulação e revisão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (em 2007 e 2020) são dois outros exemplos do que a Poli acompanhou de perto

nesse período. Mais recentemente, a Revista pautou algumas vezes um recorte crítico sobre a situação da Educação Profissional diante da Reforma do Ensino Médio iniciada em 2016. Além disso, divulgou e debateu iniciativas diversas que atravessaram todos esses anos, como o programa 'MedioTec', em 2017 (Revista nº 51) e o 'Novos Caminhos', de 2019, que foi abordado por meio de uma entrevista com o professor Dante Moura, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, na edição 67.

Mas um olhar retrospectivo sobre os 15 anos da Poli mostra que o grande protagonista no debate sobre políticas públicas de educação foi o Pronatec, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego. Desde seu lançamento, em 2011 (edição 17), ele foi divulgado, discutido e atualizado, além de ter sido citado como exemplo das contradições nas relações entre público e privado – por exemplo, no número 28 da Revista, que mostra como essa iniciativa se tornou um "carro-chefe" dessas parcerias na Educação Profissional. É seguro dizer que nenhuma atualização desse programa, que deu tanto destaque à Educação Profissional no Brasil recente, passou despercebido pela Poli: a edição 32 noticiou a modalidade que oferecia cursos de Formação Inicial e Continuada em parceria com 12 ministérios; três números depois, a Revista informou e discutiu a mudança que permitia que instituições privadas de ensino superior oferecessem cursos técnicos com recursos do Pronatec e a edição 40 voltou ao assunto num momento em que se denunciava o atraso do repasse de recursos do governo para essas instituições. Já em 2022, as páginas da Poli noticiaram duas portarias (359 e 314), entendidas por especialistas ouvidos pela Revista como um endosso e reforço à tendência de se oferecer o itinerário de formação profissional do Novo Ensino Médio como uma sequência de cursos de Formação Inicial e Continuada e não como cursos técnicos.

A história da Educação Profissional no Brasil foi tema de uma matéria da terceira edição da Revista, ainda em 2009, mas ganhou destaque mais de uma década mais tarde, quando o número 68 da Poli, de 2020, começou a publicar uma série de reportagens que narraram uma trajetória cronológica desse segmento, que vai desde a publicação do decreto 7.566, de Nilo Peçanha, em 1909, até os tempos atuais, passando pelo período de industrialização e pela ditadura empresarial-militar. Esse esforço

culminou numa edição especial, nº 72, comemorativa dos 35 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Introduzindo essa sequência histórica, a edição tenta explicar o que é o campo da Educação Profissional, caracterizada como "onde o Trabalho e a Educação se encontram", a partir de exemplos de situações cotidianas.

Para completar, a Revista traz ainda em destaque um perfil de Joaquim Venâncio, um trabalhador negro que, sem educação formal, desempenhou funções técnicas tão importantes como ajudante do cientista Adolpho Lutz que chegou a ser citado por ele em trabalhos como seu "colaborador direto". Um pouco antes, na edição 59, de 2018, a Revista sistematizou ainda um balanço das prioridades e dos investimentos historicamente feitos no campo da Educação Profissional em Saúde.

ACERVO IOC/FIOCRUZ



Joaquim Venâncio, que dá nome a uma Escola de referência na Educação Profissional



EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICA COM 'P' MAIÚSCULO

Se você leu a primeira edição da Poli deste ano de 2023, vai lembrar que a reportagem de capa perguntava o que se deveria esperar do novo governo eleito no final de 2022. Abordando também os temas relativos à Saúde e Trabalho, a matéria partiu dos resultados do Grupo de Trabalho (GT) da transição de governo para fazer um balanço da gestão anterior e apontar as prioridades para a área de Educação ao longo dos quatro anos. Não foi novidade: nas eleições municipais de 2016, por exemplo, a Revista pautou os desafios das novas gestões para as áreas de Saúde e Educação. O fato é que o mapeamento das concepções e propostas de políticas educacionais dos candidatos e governos é uma preocupação da Poli desde a origem: de quando a Revista nasceu, em 2008, para cá, o Brasil viveu quatro eleições presidenciais,

revista **poli** saúde educação trabalho

em 2010, 2014, 2018 e 2022. Todas elas mereceram edições especiais, em que, com rígidas regras de transparência, os candidatos foram convidados a apresentar suas prioridades

sobre os três campos principais de interesse da Revista, entre eles a Educação. E aqui vale um destaque: mesmo que sempre tenha havido quem optasse por não falar, a decisão política e editorial foi abrir espaço para TODOS os candidatos, independentemente da expressão do partido ou do percentual de intenção de votos.

E essa é apenas uma dos muitos exemplos do compromisso que a Poli assumiu 15 anos atrás, no editorial do seu primeiro, quando defendeu a comunicação e o jornalismo como caminho não apenas para “informar” a sociedade sobre o que se passa em determinado campo mas também [para] propiciar espaços de debate e construção coletiva e democrática”, buscando, também como dizia o texto, “facilitar o debate público”, inclusive quando “os espaços públicos de construção da democracia se retraem”. ●

COMUNICAÇÃO
JORNALISMO
ESPAÇO DE DEBATE
DEMOCRACIA
CONSTRUÇÃO COLETIVA

Poli
REVISTA DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

SEGUE O MAPA

Sentiu falta de algum assunto? Aqui você vê outros temas sobre Educação que foram pauta da Poli ao longo desses 15 anos. Todas as edições estão disponíveis na íntegra em www.epsjv.fiocruz.br.



100 anos de Paulo Freire
Edição 79

Educação a Distância
Edições 8 e 75

Manifesto dos Pioneiros da Educação
Edições 86

Inep
Edição 83

Formação docente
Edição 7

Educação Popular
Edições 8, 61 e 69

Educação na Rio +20
Edição 23

Ocupações nas escolas
Edições 44 e 49

Pedagogia das competências
Edição 10

Pedagogia de problemas
Edição 16

Pedagogia do oprimido
Edição 26

Pedagogia socialista
Edição 53

Educação de Jovens e Adultos
Edição 80

Educação midiática
Edição 80

Educação na ditadura
Edições 2 e 37

Educação na Constituição
Edições 1 e 31

Sistema S
Edições 3, 63 e 75

* As reportagens e entrevistas citadas neste texto foram produzidas, ao longo de 15 anos, por um conjunto de jornalistas que passaram pela redação da Poli. Sem preocupação em identificar cada matéria, fica registrado, para memória, o nome de todos: Ana Paula Evangelista, André Antunes, Cátia Guimarães, Erika Farias, Julia Neves, Juliana Passos, Katia Machado, Leila Leal, Máira Mathias, Raquel Junia, Raquel Torres, Sandra Pereira, Talita Rodrigues e

Viviane Tavares, além de Bianca Bezerra como estagiária. Também ao longo de todo esse tempo, a arte e a diagramação da Poli, que ilustraram todos os textos aqui referidos, são responsabilidade de José Luiz Fonseca, Maycon Gomes e Marcelo Paixão, além de Pedro Quadros como estagiário.

LUÍS FORTES/MEC



“NO BRASIL TEM MUITOS BRASIS” Getúlio Marques

Os dois primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, foram marcados por um forte investimento em Educação Profissional. Naquele período, não só foi criada a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), que agora completa 15 anos (ver pág. 31), como o número dessas instituições se multiplicou. De lá para cá, muita coisa mudou e o retrato que os dados mostram da Educação Profissional brasileira neste momento não é dos mais animadores. A oferta de matrículas de cursos técnicos integrados estagnou e tampouco houve o fortalecimento desse segmento na rede pública. À frente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, com a responsabilidade de comandar a reversão desse quadro, está agora Getúlio Marques Ferreira, professor aposentado e ex-gestor do atual Instituto Federal do Rio Grande do Norte, que também foi secretário de educação do estado. Nesta entrevista, ele anuncia a proposta de novas iniciativas de fortalecimento e expansão da Rede Federal, tomada como o modelo a ser perseguido, reconhece os méritos do Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, mas aponta necessidade de mudanças no seu rumo, sugere a repactuação das metas do PNE em relação à Educação Profissional e defende o que caracteriza como um caráter público do Sistema S.

CÁTIA GUIMARÃES

O PNE QUE SE ENCERRA ESTE ANO EXISTE DESDE 2014, QUANDO AINDA ESTAVA EM PLENO VIGOR, POR EXEMPLO, O PRONATEC, QUE OS DADOS MOSTRAM QUE PROPICIOU UM AUMENTO MUITO MAIOR DE CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) DO QUE TÉCNICOS. EU QUERIA QUE O SR. COMENTASSE ESSES DADOS E EXPLICASSE COMO A SUA GESTÃO VÊ O MODELO DO PRONATEC E AS PRIORIDADES DO PROGRAMA.

O Pronatec teve uma importância muito grande na Educação Profissional, porque foi dali que se criou uma legislação que permite que nós façamos com mais facilidade todas aquelas formações obrigatórias, inclusive as Formações Iniciais e Continuadas, para quem não tem nada. Eu sei que há uma crítica relevante ao fato de se trabalhar um pouco mais com o FIC, que é uma qualificação, e menos com Educação Profissional [de nível técnico]. Mas aqui no Brasil, como todos vocês sabem, existe um contingente muito grande de pessoas que não teria como entrar diretamente num curso de Educação Profissional. O curso de Educação Profissional de nível médio e técnico é o que nós mais queremos, mas não é por isso que vamos abandonar essa população que não tem tempo suficiente para estudar. Até porque a maior parte de quem foi atendido pelo Pronatec foram jovens e adultos, muitos deles empregados ou não, mas com subempregos. No Brasil não temos as condições da escola em tempo integral ou em tempo parcial para esses alunos se formarem nos cursos técnicos. Esse é um problema que a gente vai continuar

enfrentando. Há grandes mecânicos de automóveis que não têm formação técnica, não têm, às vezes, nem o Ensino Fundamental. Para esses, a gente vai ter que continuar com o Pronatec, com formação, mas sempre buscando fazer por etapas, o que nós chamamos aqui de itinerários, que possam, ao final, dar a esse trabalhador um diploma de técnico, mais avançado, com elevação de escolaridade. Então, na parte de formação, o Pronatec precisa resgatar isso: que, mesmo os programas de Formação Inicial e Continuada possibilitem que as pessoas façam os diversos pedacinhos, sigam o itinerário e, ao final, possam ter um diploma, mas também pensando na elevação de escolaridade. Logicamente, nem todos vão poder chegar a esse nível, é difícil num país como o nosso, que tem muitas necessidades. A nova lei que criar a Política Nacional [de Educação Profissional] vai nos orientar e nós já estamos modulando isso. Vamos priorizar aqueles que já são grandes formadores, como as redes estaduais, a Rede Federal e o próprio Sistema Nacional de Aprendizagem [Sistema S], que são três entes que a gente tem segurança de que fazem a Educação Profissional com o fim na formação, na aprendizagem dos trabalhadores e com o interesse público. Aos privados, por mais que sejam importantes, e que se tenha que dar uma atenção também para eles, o que a gente pensa é provavelmente dar um pouco mais de opções na área da qualificação enquanto não se consegue um bom sistema de avaliação para que possamos entender quem oferta Educação Profissional na qualidade que a gente preconiza e a lei permite. Então, por enquanto, nós estamos com essa avaliação de que o Pronatec cumpriu a sua parte, em parte, mas a gente vai ter que agora reconstruir, conversando com todos. Eu acho que a partir de todas essas conferências e as discussões que teremos pela frente, para o novo Plano Nacional [de Educação], é que nós vamos ter um novo caminho, apesar de nós na Setec já termos uma ideia de por onde fazer esse direcionamento. Formação técnica de nível médio deve ser mais envolvida com os estados, municípios e Sistema Nacional. E trazemos também o sistema privado, mas com algum indicador de qualidade que a gente possa fazer a partir de um sistema de avaliação [das instituições formadoras de Educação Profissional] que também já está se tornando obrigatório pela lei.

O MEC TEM UM PRAZO DE DOIS ANOS A PARTIR DA LEI 14.645/23 PARA CONSTRUIR A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. A CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA, QUE VAI ACONTECER AGORA EM JANEIRO, TEM COMO OBJETIVO CONSTRUIR O NOVO PNE, MAS ELA VAI SER UM PRIMEIRO PASSO PARA COMEÇAR A DISCUTIR ESSA POLÍTICA? O MEC VAI LEVAR ALGUMA PROPOSTA PARA O DEBATE?

Sim. Eu acho que os debates já estarão alinhados. Nós já estamos fazendo [debates] antecipadamente, internamente, com os grupos internos, e chamando os parceiros em reuniões simples, pelo menos a cada mês. [A ideia é que] a gente tenha essa conversa com os parceiros para quando chegarmos aos debates das conferências já termos um mínimo de convergência. Eu acho que um aprendizado que a gente tem nesses últimos anos é que a gente não leve os debates apenas para o momento das conferências, a gente consiga fazer um debate prévio para chegarmos com convergências, [de modo] que só os pontos mais polêmicos [fiquem para a conferência] para que a gente tenha mais êxito no resultado final.

QUEM SÃO OS PARCEIROS QUE JÁ ESTÃO NESTE MOMENTO SENDO CHAMADOS A CONVERSAR?

Especialmente o Sistema S e o Consed [Conselho Nacional dos Secretários de Educação], com os estados. Eles estão aos poucos sendo convidados para todas as nossas atividades, feiras, encontros. Hoje nós estamos com o Ministério da Ciência e Tecnologia [participando da] Semana de Ciência e Tecnologia. Junto, vamos ter a Semana de Educação Profissional e Tecnológica, agora na terceira semana de outubro. E com isso nós convidamos os parceiros, que já aceitaram o convite: estamos com o Consed e com o que a gente chama de sistema S, inclusive, com um espaço também para as [instituições] privadas, tentando chamá-los para ter um espaço de apresentação.

QUERIA QUE O SR. FIZESSE UMA AVALIAÇÃO GERAL DA LEI 14.645/23. UM ASPECTO POSITIVO DESTACADO POR ESPECIALISTAS É O INCENTIVO A UMA AÇÃO CONJUNTA DA REDE EPCT COM AS REDES ESTADUAIS, QUE É UMA DEMANDA ANTIGA DO CAMPO, MAS HÁ TAMBÉM CRÍTICAS, COMO AO FATO DE SE PROPOR O CRESCIMENTO DE OFERTA SEM DIFERENCIAR PÚBLICO E PRIVADO, NA CONTRAMÃO DO PNE, E AO APROVEITAMENTO DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL COMO CARGA HORÁRIA NO ENSINO MÉDIO. O SR. PODE COMENTAR ESSES E OUTROS PONTOS DA LEI?

Essa preocupação que você diz que é antiga, dessa articulação da Rede Federal com as redes estaduais, está presente fortemente, inclusive, na lei que cria os Institutos Federais. Essa é uma das nossas obrigações e a gente, fazendo uma avaliação, vê que ainda não deu a liga que nós gostaríamos. Não é para [os Institutos Federais] apoiarem os estados, é para que, juntos, façam a Educação Profissional mais forte em cada um dos estados. Há escolas estaduais muito boas e, como a maior parte dos Institutos tem excelência, nós poderíamos juntar tudo isso. Sobre as questões colocadas como aparentemente polêmicas [na Lei 14.645], como essa questão da diferenciação entre uma e outra [instituição, pública ou privada], a gente vai precisar ter essa discussão mais aprofundada. E qual é o papel do privado nisso? Primeiro, nós entendemos que nem sempre conseguimos atender a demanda da população como um todo. Não dá num país que é capitalista. A gente segue um rumo daquilo que gostaríamos: o Estado mais presente nas questões sociais, na saúde, na educação... Mas imagina você agora dizer que não existem mais hospitais privados! Em alguns lugares, se você não tem privado, não funciona. Claro que a ênfase vai ser no ensino público e, quando eu falo público, eu jogo também o Sistema S porque ele tem uma responsabilidade social, há recursos públicos investidos no Sistema Nacional de Aprendizagem. Então, nós não queremos descartar. Reconheço que é natural [essa crítica], principalmente na Academia. Eu mesmo não sei se faço parte da Academia – às vezes penso que faço, às vezes penso que não –, mas também tenho essa lógica de que deveria ser tudo público. Só que não temos essa condição. E não vamos deixar de apoiar [o privado], na medida do possível, com a prioridade sempre para o sistema público, porque no Brasil tem muitos Brasis. Sobre a parte da aprendizagem [profissional], tem uma certa polêmica também entre nós, acadêmicos ou não. Mas eu acho importante que isso seja incentivado no Brasil, inclusive a própria lei da aprendizagem poderia permitir, principalmente para aqueles alunos

que são mais vulneráveis, que na hora em que eles estão no sistema de aprendizagem isso possa ser aproveitado nos seus estudos. Não estou dizendo que vai ser uma decisão, até porque a decisão final vai ser da

discussão que nós tivermos, mas eu acredito nisso como uma questão importante, principalmente para os alunos vulneráveis. E às vezes nós queremos tratar todos os alunos na mesma régua, na mesma forma. O aluno vulnerável às vezes é o único salário [da casa], é quase arrimo de família. Então, o tempo de estudo dele é diferente do tempo de estudo de um mais abastado, ele sempre tem um tempo que passa no trabalho. Portanto, nada mais justo que esse trabalho tenha uma boa relação com a Educação Profissional. O que nós precisamos construir são instrumentos que deem essa segurança. É um pouco a mesma questão da Educação a Distância: as pessoas se orgulham quando têm um título de Harvard a distância, mas quando a gente fala de Educação a Distância aqui, não pode. Eu acho que pode e que a gente precisa ter um grande sistema de monitoramento que avalie o que é reconhecido ou não. Com um sistema de reconhecimento, não é todo processo a distância, não é todo processo de aprendizagem que a gente deve reconhecer e colocar para dentro da carga horária, assumindo como horas de aprendizagem. Mas aquilo que for bem feito eu vou defender sempre que possa ser [reconhecido]. A gente fala tanto em diversidade, em diferenças regionais, mas na hora que aparece um instrumento para essas diferenças, a gente quer colocar tudo numa caixinha, como se todo mundo fosse igual. Por isso que eu faço essa defesa, que não é de deixar esses instrumentos serem recebidos de forma aleatória e sim de uma forma firme. E vou apostar muito no sistema de avaliação para que a gente possa fazer esse monitoramento.

“

A GENTE TEM QUE BUSCAR O MELHOR, MAS ENTENDER QUE ISSO AQUI É UMA PASSAGEM, QUE TEM QUE SER FEITO DE MANEIRA PAULATINA, ENQUANTO NÃO CHEGAMOS LÁ”

O MEC APRESENTOU UMA PROPOSTA DE MUDANÇA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO, QUE TEM SIDO ALVO DE MUITO DEBATE. HÁ ELOGIOS ÀS MUDANÇAS MAS ALGUMAS DAS CRÍTICAS RECAEM EXATAMENTE SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. UMA DELAS É O FATO DE A PROPOSTA CONTINUAR PERMITINDO QUE O ITINERÁRIO FORMATIVO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ACONTEÇA NÃO COMO CURSO TÉCNICO MAS COMO VÁRIOS CURSOS FIC, QUE NEM SEQUER PRECISAM ESTAR ORGANIZADOS EM ITINERÁRIOS: PODE SER UM CURSO DE CABELEIREIRO, OUTRO DE GASTRONOMIA ETC. OUTRO QUESTIONAMENTO É AO FATO DE MANTER A POSSIBILIDADE DE EAD NA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL. ISSO SEM CONTAR A MANUTENÇÃO DO NOTÓRIO SABER. HÁ DIVERGÊNCIA NO MEC SOBRE ESSES PONTOS? QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE A PROPOSTA?

Não existe divergência dentro do MEC e nem existem, digamos, fechamentos. Existe uma proposta que foi colocada como razoável para atender a tudo que nós ouvimos. Aquela proposta existe a partir das oitavas que foram feitas na discussão do Ensino Médio. A proposta não é definitiva, ela vai para o Congresso, no Congresso vai haver disputa. E nessa disputa nós temos as nossas estratégias.

Mas, de novo, nós temos diversos Brasis. Eu fui secretário de Educação durante quatro anos no estado do Rio Grande do Norte. Quando saí de lá, [estabeleci] que todas as escolas teriam que ter alguma coisa de Educação Profissional. Mas lá no município que tem 13 mil habitantes, com no máximo 120 alunos que fazem Ensino Médio, eu não tenho condição de fazer um curso técnico. Não tem mágica, não tem espaço. Então, se nós não olharmos para todos os Brasis... O ótimo é inimigo do bom. Você diz [que o aluno do Ensino Médio] vai fazer um curso de cabeleireiro, outro de gastronomia e outro que não tem nada a ver. Em princípio, não tem a ver com a área técnica, educacional e acadêmico, mas deve fazer uma diferença na vida daquela pessoa que no outro dia, quando sai com aquelas poucas horas, está ganhando o seu dinheiro, está sobrevivendo. Qualquer cabeleireiro, qualquer manicure, sobrevive daquilo. E às vezes ele faz um curso de gastronomia porque no sábado e domingo, próximo da casa dele, tem festa, tem aniversário. Parece que para ser formado em gastronomia tem que ser formado no *Le Cordon Bleu*! Eu queria que todo mundo fosse *Le Cordon Bleu*, mas a realidade é outra. Se a gente não puser o pé no chão, daqui a 20 anos estaremos discutindo a mesma coisa. A população que não tem acesso a nada [estará] cada vez mais excluída e nós aqui continuaremos fazendo a nossa pauta, buscando o melhor, que nem sempre vamos conseguir pelas condições que temos. E isso eu falo para todos os níveis que você colocou: da aprendizagem [profissional], da EaD... É preciso reconhecer, por exemplo, que algumas vezes você tem alunos lá na ponta que não têm um professor, você faz o concurso e o professor não quer ir. O médico não quer ir ganhando R\$ 20 mil! Aí a gente, por conta disso, vai dizer que não vai atender? Não. Então, é só para a gente pôr um

pouco o pé no chão e dizer que são diversos Brasis. A gente tem que buscar o melhor, mas entender que isso aqui é uma passagem, que tem que ser feito de maneira paulatina, enquanto não chegamos lá. Eu acho que nós devemos deixar todas as possibilidades abertas.

SECRETÁRIO, EU QUERIA INSISTIR EM UM ÚNICO PONTO. PORQUE UMA COISA É O DEBATE QUE O SR. FEZ SOBRE A IMPORTÂNCIA DE CURSOS FIC PARA TRABALHADORES, ARGUMENTANDO QUE EXISTE UMA POPULAÇÃO MUITO GRANDE QUE ESTÁ NO MERCADO DE TRABALHO E PRECISA DE ALGUMA QUALIFICAÇÃO. MAS AQUI A GENTE ESTÁ FALANDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. EU ENTENDI QUE O SR. ACHA QUE O MELHOR É CURSO TÉCNICO COMO ITINERÁRIO, MAS A PERGUNTA É SE, TAMBÉM NO ENSINO MÉDIO, A SETEC ENTENDE QUE, POR CAUSA DESSES BRASIS MUITO DIVERSOS, DEVE-SE DEIXAR EM ABERTO A POSSIBILIDADE DE SE OFERECER O ITINERÁRIO FORMATIVO COMO CURSO FIC E NÃO TÉCNICO.

Pronto. É só respeitar as diferenças. Então, vai ter um determinado lugar do Brasil que não vai ter [itinerário de formação profissional com curso técnico]. Eu vou dar esse exemplo de novo de uma cidade muito pequena, que tem Ensino Médio, mas que não tem professores suficientes para fazer isso. Se a gente dissesse ‘Abre tudo para a Educação a Distância’, você poderia pegar um professor da capital ou de uma cidade maior, mas não é esse o nosso objetivo. O ideal é que os itinerários sejam na mesma formação que, ao final, possa dar um curso técnico. E é isso que a gente vai orientar como prioridade. Agora, minha posição pessoal – não chegamos ainda a discutir isso dentro do MEC – é que é preciso dar liberdade, que os alunos escolham, desde que não sejam escolhas equivocadas e que a gente não tenha como atender naquilo que achamos que é o melhor. Eu não posso deixar os alunos sem nada. Então, sim, naquele município, naquela escola, nós temos que deixar aberto para que eles possam fazer dentro dos limites que a gente estabelecer na discussão.

EU VOU TOMAR COMO REFERÊNCIA ALGUMAS POLÍTICAS DOS DOIS GOVERNOS LULA ANTERIORES PARA PERGUNTAR SOBRE AS PROPOSTAS E INICIATIVAS DO MEC PARA ESTA ATUAL GESTÃO. ESTÃO PREVISTAS, POR EXEMPLO, ESTRATÉGIAS DE FOMENTO À OFERTA DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO NAS REDES ESTADUAIS, COMO FOI O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO?

No programa do Ensino Médio em Tempo Integral já há uma ponta para que a gente possa trazer Educação Profissional. Inclusive, a prioridade é que a parte que seria acrescentada para esse ensino ser integral preferencialmente seja Ensino Médio com ensino profissional. O ministro já colocou R\$ 4 bilhões por ano para incentivar o acréscimo. Parte de uma política que é a política de expansão de vagas para tentar atingir as metas do PNE.

”

TAMBÉM FOI O GOVERNO LULA QUE CRIOU A REDE EPCT. HÁ PREVISÃO DE FORTALECIMENTO, EXPANSÃO FÍSICA OU OUTRO TIPO DE ESTRATÉGIA DE FOMENTO À REDE NESTA GESTÃO?

Já temos todas as propostas aqui em estudo para levar ao presidente Lula de uma nova expansão da Rede, porque essa rede é vitoriosa. Nós temos aí uma Rede que quando o presidente Lula chegou tinha 140 unidades de ensino e hoje tem mais de 600 espalhadas pelo Brasil. Isso dá um outro norte. Inclusive, uma das nossas metas é uma pesquisa que nos diga quais foram as mudanças nessas instituições e nos municípios, principalmente nos menores, antes e depois da chegada dos Institutos. Neste momento nós estamos, ao mesmo tempo, estabelecendo e construindo uma nova política de expansão, sem esquecer de consolidar aqueles que ficaram. Porque durante os tempos do presidente Lula e da presidenta Dilma havia uma prioridade forte para essa Rede, inclusive com recursos. E ao chegarmos aqui, nós tivemos um orçamento com uma defasagem tão enorme que ainda não conseguimos atingir os números de 2014. Há também uma política que nós estamos estabelecendo para consolidar instituições que ainda não estão com o número de professores adequado àquilo que foi projetado e planejado à época, que ainda não têm estrutura física adequada. Há algumas instituições em que faltam ginásio, refeitório, biblioteca ou auditório. E essa é uma Rede que, além das atividades científicas e tecnológicas, não esquece das humanidades, da cultura. E é esse o exemplo que a gente persegue, por isso buscamos que os entes estaduais sejam inspirados no desenho dessas nossas instituições. E a gente também está construindo um desenho para a conectividade completa nessas escolas. Continuamos também com nossos programas de formação para Educação Profissional

e Tecnológica. Essa é uma política que existe desde que foi criada a Rede e até antes dela, de oferecermos vagas para professores de uma forma geral, que não são do nosso sistema federal, para que eles possam conhecer um pouco mais e se aprofundar no que é a Educação Profissional e Tecnológica. E teremos um foco maior numa nova expansão dos cursos técnicos de nível médio. Esse é o nosso modelo, o nosso norte. Porque, para que a gente atinja os indicadores exigidos pelo PNE e nos aproximemos dos países da OCDE, temos que ter uma grande força com Educação Profissional técnica de nível médio. E não podemos esquecer do grande legado que está sendo deixado por essa Rede, que é a formação de professores nas licenciaturas. Esse eu acho que é um grande feito dessa Rede porque, como a maioria dos cursos de licenciaturas eram feitos nas capitais, na medida que a lei colocou a obrigatoriedade dos cursos de licenciatura, [a oferta da formação pelos Institutos] é uma forma de mantermos aqueles professores nas suas origens, dentro da própria cidade. E, a partir dali, eles se comprometem com a própria cidade, muitos passando nos concursos para o próprio Instituto ou em concursos estaduais ou municipais. Esses eu acho que são o forte dessa Rede: a Educação Técnica Profissional de Nível Médio e a licenciatura.

POR FIM, O SR. JÁ FALOU BASTANTE SOBRE A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, MAS EU QUERIA LEMBRAR QUE, EMBORA ESSAS INSTITUIÇÕES SEJAM CENTENÁRIAS, AGORA, EM 2023, A ORGANIZAÇÃO DELAS EM REDE ESTÁ COMPLETANDO 15 ANOS. QUE BALANÇO O SR. FAZ DESSE PROCESSO?

Bom, primeiro tem a questão quantitativa, de nós podermos capilarizar a Educação Profissional. Essas instituições centenárias, na realidade, são 19, que foram criadas pelo presidente Nilo Peçanha em 1909. Depois foram criadas outras escolas, no período [Getúlio] Vargas, e assim sucessivamente, de tal modo que chegamos ao ano de 2003, quando o presidente Lula assume, com 140 unidades, como eu já disse lá atrás. Mas essas instituições nunca tiveram medo de mudar e se sintonizar com o desenvolvimento regional, com as questões sociais. Tanto que elas iniciam como a escola de aprendizes e artesãos: formávamos funileiros, costureiros, alfaiates, relojoeiros e aquilo que à época se necessitava para o mundo do trabalho e para a profissionalização desses alunos. Na medida em que há o desenvolvimento, muitas se tornam liceus, com a presença da língua pátria, português, e da matemática, um pouco da ciência, já se integrando à educação básica. Depois vem a possibilidade de isso ser aproveitado também no que então era o segundo grau. Com esse aproveitamento, elas entram também no Ensino Médio e, na sequência, vem uma necessidade tecnológica muito forte. Nos anos 70, saíram de liceus para escolas técnicas industriais, depois

escolas técnicas federais, passam a ser Cefets, que seriam centros com a possibilidade de oferecer também Educação Superior. E aí, vão dar esse último salto, sempre visando acompanhar o desenvolvimento brasileiro nacional, que foi a [transformação em] Institutos Federais. [Isso foi feito com a] busca de muito consenso e muita discussão, [resultando] numa legislação que permitia que todas essas escolas se unissem em rede. Havia duas redes separadas, uma de escolas técnicas mais ligadas à área industrial e outra de escolas agrotécnicas, além das vinculadas às universidades. Antes, você não percebia a presença da Rede, porque cada um tinha a sua identidade, inclusive visual. Hoje, em qualquer desenho, qualquer estrutura, qualquer evento, nós percebemos que é a Rede Federal que está lá. Todas essas unidades, dentro das suas regras, dentro da lei que as cria, são obrigadas a ofertar o Ensino Médio e licenciatura; têm uma regra para a eleição dos seus dirigentes; e têm um aspecto na área da formação [voltado ao] atendimento à sociedade e ao desenvolvimento local e regional. Com tudo isso, temos uma capilaridade. Saímos dessas 19 unidades de 1909 para mais de 600 campi. Hoje são 41 centrais, que são as suas reitorias, mas o que faz mesmo o trabalho são as suas unidades. Então, temos o desenho que era perseguido desde 2003: de iluminarmos o Brasil com a Educação Profissional. E essa iluminação vai se dar no momento em que a gente chegar a pelo menos mil unidades. Considerando que temos pouco mais de 5 mil municípios, a ideia é mais ou menos essa: cada cinco ou seis municípios ter uma grande unidade da Rede no seu entorno, que possa permitir aos brasileiros, aos jovens, aos adultos, uma formação técnica e profissional para melhoria de sua vida. ●

MAYCON GOMES/EPSIV-FIOCRUZ



“O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO É ONDE A LUTA DE CLASSES SE EXPRESSA DE FORMA MAIS DURA”

Gaudêncio Frigotto

A primeira grande batalha do governo atual na Educação provavelmente foi responder à insatisfação de vários segmentos sociais com a Reforma do Ensino Médio, herança de gestões anteriores. Nas ‘caixinhas’ que organizam as funções de ministérios e órgãos governamentais, essa seria uma crise da Educação Básica, mas aqui prevalece a força do adjetivo: afinal, para quem entende que ‘básico’ significa aquilo que fornece a ‘base’ para todo o resto, a Reforma se tornou um problema para todos os outros segmentos formativos e um obstáculo para o papel social que se espera da Educação. É por isso que, reconhecido pelos estudos e militância no campo da Educação Profissional, o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Gaudêncio Frigotto se tornou uma das muitas vozes públicas a denunciar o que ele caracteriza como um “abandono” da concepção de Educação que a Constituição de 1988 estabeleceu. Reconhecendo que a correlação de forças no congresso e na sociedade é desfavorável, ele avalia que o governo precisa ser menos dúbio em relação às disputas nesse campo, ter clareza sobre a concepção de Educação que defende e tentar ir além dos “atalhos”.

CÁTIA GUIMARÃES

COMO VOCÊ AVALIA O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL HOJE?

Eu acho que duas coisas devem ser levadas em conta. Primeiro, a própria crise econômica: no final do governo Dilma, o Brasil já tinha lá suas dificuldades. Mas aí vem o golpe de Estado e faz uma contrarreforma na Educação numa velocidade monumental. E, pior que isso, depois vêm os quatro anos do governo [Jair] Bolsonaro. Então, há uma sequência regressiva que vai explicar em grande parte a evasão do Ensino Médio e da Educação Profissional, que não é pouca. E eu acho que aí tem também uma questão interna das próprias instituições da Rede Federal. Por exemplo, logo depois de 2014/2015, o Decreto 5.154 estimulava o Ensino Médio integrado, estimulava o Projeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos) e tinha uma cota para entrada de jovens de escola pública. E uma das dificuldades internas, que não está superada, é uma atitude [do tipo] ‘Ferro neles porque vão estragar os nossos indicadores’ ou de tratar esses estudantes como ‘coitadinhos’, dando qualquer nota, enquanto seria fundamental criar uma estratégia interna para que eles fossem progressivamente se recuperando. Mas isso não é posto como política.

E tem os cortes de verbas na Rede Federal do governo golpista e do governo [passado]: não tinha transporte, não tinha bolsa... Eu orientei uma tese agora do Tiago Favero, e a conclusão dele, minha junto, é de que [o projeto] era conter e modificar os Institutos Federais e que a tendência é transformá-los numa espécie de um ‘Sistema S estatal’, mas cada vez menos público. Veja que eu não estou julgando o governo, estou julgando as forças sociais, a correlação de forças dentro do Estado brasileiro. Desde 2007, o [Movimento] Todos pela Educação entrou no PDE [Plano de Desenvolvimento da Educação] e, sem dúvida nenhuma, eles disputam a Educação Profissional que convém ao mercado. E é essa a tese do Sistema S. Quando fiz a minha dissertação de mestrado sobre o Senai, [identifiquei que] lá se ensina o que serve à indústria. Você não está formando cidadãos, está formando trabalhadores para o sistema industrial. Então, esse foi um pêndulo regressivo dentro do próprio governo Lula. Por outro lado, foi fundamental a proposta da escola pública unitária no governo Lula, com uma concepção de Educação Profissional que não se limita a aguçar o olho e adestrar a mão, como dizia [o italiano Antonio] Gramsci, mas que se integra com a Educação Básica. Esse foi um grande avanço político, os Institutos fizeram um trabalho hercúleo de equipes e foram avançando. Mas, com a contrarreforma do Ensino Médio, nós estamos abandonando o conceito de Educação Básica que a Constituição de 1988 estabeleceu. Nos estados, se a Reforma persistir, a tendência é encurralar a maior parte dos estudantes para o quinto itinerário [de formação profissional]. E de péssima qualidade, sem laboratório, sem qualificação do professor, sem nada. É um atalho. O governo Lula e do PT não são feitos para isso. Vamos pagar um preço enorme. Essa é a crítica mais funda. Eu diria que o Ministério da Educação é onde a luta de classes se expressa de forma mais dura. E ela se expressou já em 2004, quando se criou o Escola sem Partido, e em 2006, quando se criou o Todos pela Educação, que se juntam em alguma coisa, mas são coisas diferentes também: um

disputando a agenda moral, humanamente regressiva, e o outro disputando a Educação que serve ao mercado. Então, o esforço do governo e dos próprios deputados de esquerda, dos sindicatos, deve ser empurrar o pêndulo para assegurar e ampliar o [Ensino Médio] integrado, que é o que dá base. Porque nós temos que formar cidadãos, sem o que nós não mudamos essa gangorra. Então, existe um problema de conjuntura, mas existe também um problema de disputa da Educação Profissional.

“

QUANDO VOCÊ TEM UMA SOCIEDADE DESIGUAL, COM UMA CLASSE DOMINANTE TOSCA QUE TEM O DNA COLONIZADOR E ESCRAVOCRATA, **ESSA LUTA É PERMANENTE”**

POR QUE ESSA DISPUTA SE DÁ NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?

Porque ela está na coluna vertebral da luta de classes. É aí que se forma a classe trabalhadora. Eu estava lendo um texto do Antonio Candido sobre o livro do Aluísio Azevedo, O Cortiço, que falava sobre uma mentalidade que ainda persiste. Ele destaca os três ‘pês’ para o português negro e burro: pão para comer, pano para vestir e pau para trabalhar. E ele chama isso de mais-valia crioula. Nós não nos livramos ainda dessa ideia de um sistema de Educação Profissional e

um sistema não profissional como consumação da dualidade que o próprio sistema capitalista quer. Numa sociedade com 400 anos de escravidão que começa com a Educação Profissional para desvalidos da sorte e muitas vezes como espaço de correção, nós mantemos isso. Claro que, especialmente a partir da redemocratização, há uma luta para formar cidadãos. Mas nós temos um sistema paralelo. Eu costumo dizer que a Educação Básica é a que dá base. Gramsci dizia que um caminho para a educação média é um justo equilíbrio entre aquelas disciplinas que permitem ao jovem entender as leis da natureza – física, química, biologia – e aquelas que permitem entender as leis da sociedade, as relações sociais, além da arte, da política, etc. Com isso você forma pessoas humanas para a sociedade e para o mercado também. Mas quando você tem uma sociedade desigual, com uma classe dominante tosca que tem o DNA colonizador e escravocrata, essa luta é permanente.

O PNE ATUAL FOI ELABORADO LÁ EM 2014, QUANDO ESTAVA EM PLENO FUNCIONAMENTO O PRONATEC, QUE, PELOS DADOS A QUE SE TEM ACESSO, FOI TAMBÉM UM ESPELHO DAS METAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NÃO CUMPRIDAS: FINANCIOU MAIS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO QUE TÉCNICOS E SEM PRIORIZAR O SISTEMA PÚBLICO. O PRONATEC DEVE CONTINUAR, HÁ ELEMENTOS DELE A SEREM APROVEITADOS OU TRATA-SE DE UMA POLÍTICA QUE DEVE SER ABANDONADA?

Se eu analiso dos anos 1930 para cá, o livro do Florestan Fernandes chamado ‘Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina’ vai nos dar base para entender que aqui nunca houve a preocupação de formar uma classe trabalhadora qualificada, diferente dos países que tiveram revoluções burguesas. A tal ponto que, se nós hoje quiséssemos ter uma política de alçar de fato [a economia], como fizeram o Japão e a Coreia, que sempre são citados como exemplos, não teríamos mão de obra suficiente. Eu li nos jornais que o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] vai ter problema porque não tem mão de obra qualificada suficiente. Por quê? Porque metade dos jovens estão fora da escola. Então nós sempre vamos por um atalho. Nós começamos em 1930, no Estado Novo. Para a substituição de importações, precisávamos de mão de obra. Estava preparada? Não. Então, vamos ver se os empresários assumem a Educação Profissional rápida. Não quiseram porque não queriam gastar dinheiro. Então,

Getúlio [Vargas] diz: ‘Tudo bem, eu dou o fundo e vocês dirigem’. Uma anomalia. É o atalho. Aí vem a abertura democrática. Uma explosão. Juscelino [Kubitschek], 50 anos em cinco. Não tem mão

de obra. Tem que importar. Tanto que quando o Jango assume o governo, com uma perspectiva desenvolvimentista, cria o Pipmo, Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra, para durar dez meses, mas durou 19 anos e nove meses. Era para ‘apagar fogo’. Aí vem a ditadura, que mantém o Pipmo, com formação intensiva de mão de obra, e cria a profissionalização compulsória. Depois começa a malandragem que o Fábio Konder Comparato mostra [com a análise] das Constituições brasileiras desde o Império. Ele diz que existem sempre duas Constituições: a oficial, que incorpora demandas populares, sociais, e a real, que não se cumpre. Como? Protelando ou camuflando, dissimulando. A LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional] é um exemplo, o Plano Nacional [de Educação] é outro. Está lá conquistado na Constituição que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, como direito social e subjetivo. Mas a LDB já começa a espatifar isso. Com o Plano Nacional, idem. É luta ponto a ponto. Eu me lembro que em 2003 a gente assessorava o Ministério da Educação e foram feitos dois seminários. Um foi sobre Ensino Médio e não foi ninguém. Já quando aconteceu o da Educação Profissional, o Sistema S encheu dois hotéis em Brasília para disputar a direção [da política]. Eu coordenei uma mesa com mais de mil pessoas, que era sobre gestão e financiamento. Quais eram as teses que se defendia lá? Gestão democrática, dinheiro do Estado para o setor público e ensino integrado. O Sistema S nunca quis ensino integrado, falava em ensino ‘articulado’. Mas integrado significa que você não tem uma justaposição. Eu quero que o estudante tenha a base toda e depois vá ser um cidadão, até para discutir se ele tem que lamber máquina ou não. Mas

veio o atalho e nós começamos a descaracterizar a Educação Básica. O que o Lula pensa, do meu ponto de vista, é correto: a economia tem que girar, tem que gerar emprego. E até certo ponto, deu certo. Falta mão de obra e o Ensino Médio integrado é demorado, né? Então, dá-lhe Pronatec. A necessidade é real, mas aí se dá um círculo vicioso. Você não faz o que tem que fazer, não dá a base, e não é por falta de recursos, o problema é político. É só cobrar das grandes fortunas, de quem não paga imposto, que se consegue fazer escolas técnicas federais ou Politécnicos para o Brasil todo. É possível, países menores fazem isso. Então, vem o atalho Pronatec. E isso gera um jogo de cooptação dos governos com as próprias direções [dos IFs], que aumentam muito os cursos FIC porque essa é uma forma de [essas instituições] ganharem grana. E aquilo que é o básico, o integrado, vai lento. Eu diria que [as instituições] tendem a se adequar e, se entrar essa ideia do jeito temerário como está ali, você acaba com o conceito de integrado. O atalho já não é mais o Pronatec, que claro, ainda existe: agora, o atalho é o próprio Ensino Médio. E o risco maior, como mostra a tese do Tiago Fávero que eu orientei, é tornar a Rede Federal um Sistema S estatal.

“

EU NÃO SOU
INGÊNUO NO
SENTIDO DE ACHAR
QUE O GOVERNO
PODE TUDO.

**MAS ELE TEM QUE
BRIGAR E TER A
SOCIEDADE ATRÁS”**

O MEC APRESENTOU UMA PROPOSTA DE MUDANÇA NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO. HÁ MUITOS ELOGIOS MAS TAMBÉM CRÍTICAS, VÁRIAS RELATIVAS AO ITINERÁRIO FORMATIVO 5, DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PRINCIPALMENTE A SE MANTER A POSSIBILIDADE DE QUE ELE SEJA OFERECIDO COMO VÁRIOS CURSOS FIC QUE NEM PRECISAM TER RELAÇÃO ENTRE SI E NÃO COMO UM CURSO TÉCNICO. QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE ISSO?

Qual é a posição política a partir da qual se deve discutir se a Reforma deve ser revogada? A de que ela foi fruto de um golpe. E ela já estava pronta: não por acaso, Maria Helena Cardoso, que foi a mulher forte da gestão Paulo Renato [no Ministério da Educação], foi a secretária geral do MEC do golpe. Eu não sou ingênuo no sentido de achar que o governo pode tudo. Mas ele tem que brigar e ter a sociedade atrás. Eu acho que quem está se mobilizando são grupos, mas é insuficiente ainda. Essa é uma contrarreforma por todos os meios. Ela não vai permitir que a grande massa dos jovens, especialmente das escolas públicas, tenha a base, nem como cidadãos nem como bons profissionais. É fundamental recuperar as disciplinas básicas e fundamentais, essa foi uma luta que a sociedade ganhou, mas isso também pode ser burlado de várias formas, por exemplo, juntando física, química e biologia num pacote. Sobre os pontos específicos que você coloca, é uma questão epistemológica. Nenhuma realidade se soma, ela se relaciona. Some um curso de cabeleireiro, com um curso de tirar pulgas e outro de eletrônica. Isso dá o quê? Nada. Cruza de ouriço com cobra não dá arame farpado. Como diz o [Henri] Lefebvre, o que limita um tempo histórico são os fins obtusos e estreitos da classe dominante. Todo o processo de conhecimento é uma continuidade e um processo. E essa formação que dita a Reforma é uma profunda deformação do processo de conhecimento mas quando entra um governo com base popular, que é eleito com sangue e suor do cara que caminha 20 quilômetros para fazer um voto, como aconteceu no Nordeste, ele tem que ser mais ousado, tem que chamar a sociedade, apresentar a cara, porque se não vai ser chantageado o tempo todo.

VOCÊ É UM GRANDE DEFENSOR DA REDE FEDERAL E DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO QUE A CARACTERIZA. MAS, MESMO NO CAMPO PROGRESSISTA DA EDUCAÇÃO, HÁ QUEM ARGUMENTE QUE, APESAR DOS SEUS EVIDENTES ÊXITOS, ESSE NÃO É UM MODELO REPLICÁVEL PARA AS REDES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO PAÍS, NÃO É UNIVERSALIZÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA. QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE ISSO?

Eu respondo pela boca do atual ministro da Fazenda [Fernando Haddad] que, quando era candidato à reeleição em São Paulo, disse que queria levar o projeto dos Institutos Federais para a rede pública de lá. É claro que é caro, mas

um estado como São Paulo pode. E outra coisa: talvez não possa em quatro anos, mas se pode ter um projeto de Estado e não de governo, um projeto estratégico para os próximos 20 anos. É aquilo que eu falei para o Lula quando ele inaugurou o prédio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio [em 2004]: se tivermos milhares dessas escolas, um dia o Brasil será uma nação. Não se trata de ser um modelo, mas [de reconhecer que] essa é a proposta que melhor contempla uma travessia que possa ser mais ousada para uma educação unitária. Não é única, é unitária, o que significa que o cara parte de um ponto desigual, mas o ponto de chegada tem que ser similar. Porque ele é brasileiro e a Constituição diz que todos têm o mesmo direito.

Eu me emociono com os Institutos Federais porque vou ao Brasil profundo: 85% estão na periferia ou bem no interior. Quissamã (RJ), por exemplo: é educativo para aquela sociedade ter um prédio maravilhoso como aquele. Uma professora de literatura me convidou para ir ao Instituto Federal de Confresa, uma cidade a 1,1 mil quilômetros de Cuiabá (MT), que deve ter 15, 20 mil habitantes. Tem um projeto maravilhoso. Eles trabalham com 70 comunidades quilombolas. Lá você vê a Semana de Arte e de Ciência com essa garotada quase de pé no chão, apresentando desenvolvos. Estão formando gente de todo tipo. No Instituto do Acre, a professora de artes viu que na escola tinha alguns alunos surdos-mudos, perguntou quem topava aprender a língua de sinais e vai formar um coral para cantar em libras. É emocionante. Você forma gente. Eu poderia dar dezenas de exemplos. Não é formação profissional para ele ser torneiro mecânico – ele pode ser torneiro mecânico, mas vai

ter uma base de laboratório, de experiências, etc. Agora, você não vai fazer uma escola de tempo integral se não tem comida... Vamos expandir a escola de tempo integral? O Miguel Arroyo diz o seguinte: 'Escola de Tempo integral com essa rede assim? Que horror!'. Eu participei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Maceió (AL) quando estavam implantando a contrarreforma e a escola em tempo integral e ouvi uma diretora de escola falando que não queriam. [Ela perguntava]: como é que vamos segurar essa juventude turbinada se eu não tenho nem onde fazer xixi ou tomar água? Se o professor não tem sala? Não adianta criar escolas-modelo. Essa é uma ideia do efeito demonstração. Contrapor quantidade e qualidade é querer manter as coisas no mesmo lugar, como dizia o velho Gramsci. Quantidade qualificada é que é democrática, não a minoria qualificada. Os Institutos Federais representam 2%, 3%? E se tivesse um projeto de longo prazo? A questão é que nós não temos políticas de Estado de continuidade. Eu sou a favor da federalização do Ensino Médio. Eu sei que você vai dizer: 'Mas e as particularidades?'. É possível fazer sem perder as particularidades. Agora, a particularidade tem que enriquecer uma universalidade. O Instituto Federal é diferente da universidade, tem que ter um compromisso mais forte com a 'sustentabilidade local' e a melhoria da qualidade de vida. E os Institutos têm potencial para isso. Ainda estão muito voltados para dentro, e é isso que eu vou tentar demonstrar como hipótese da minha pesquisa. E qual é a base disso? O Ensino Médio integrado. Integração não é só de disciplinas das ciências humanas e gerais com as técnicas, é também integrar a pesquisa, a extensão, etc. E tem esse próprio conceito da

verticalidade, né? Então, para ser curto e grosso: eu acho que é possível [universalizar uma educação como a dos IFs], não de ontem para hoje, mas dentro de um projeto de nação.

GAUDÊNCIO, VOCÊ JÁ FALOU UM BOCADO SOBRE ISSO, MAS EU NÃO QUERIA DEIXAR DE PERGUNTAR. ESTÁ COMPLETANDO 15 ANOS A CRIAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. COMO VOCÊ AVALIA ESSE PROCESSO?

No fundo, [as escolas que vão compor] a Rede já eram consolidadas, com qualidades e defeitos. Foi muito rápido criar os IFs. E de onde vem essa rapidez? O que havia por trás disso era um debate sobre criar a universidade tecnológica, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O Cefet Paraná fez um projeto para se transformar numa universidade tecnológica, meio no estilo das escolas alemãs. Não se pensava nos Institutos Federais. Minha interpretação é de que a criação dos Institutos com o estatuto de universidade, mas não sendo a universidade clássica, responde um pouco a isso, dando a verticalidade. Tem uma nova institucionalidade, tem uma nova identidade a ser construída, e uma nova regionalidade. Não são 27, são 38, mas cada um tem uma enormidade [de campi]. O grande ganho foi especialmente o fato de algumas escolas agrotécnicas terem ido para a Rede. Outro ganho é você trabalhar em rede, embora isso ainda seja muito mais formal do que real, porque também há muita competição. A verba depende do número de matrículas e a dificuldade é que os cursos regulares são mais caros. É como se fosse uma corrida e, mesmo que o curso FIC pague menos, se você faz muito, acaba compensando. A identidade da Rede ainda não está construída. Entre o reitorado, eu diria que, dos 38, um terço e pouco entende e luta

pela proposta dos Institutos e dois terços não, ou talvez entendam em parte. Então, há uma relação de forças interna. E muitas vezes os ministros são astutos nisso, chamam individualmente e não como rede. Mas, com todos os problemas, [a Rede] é o que há de melhor [em educação no país], inclusive considerando a rede privada, que custa muito caro. Acho que os Institutos não têm ainda essa organicidade, mas estão construindo. Haver a interiorização é o grande barato. O Lula queria pelo menos mais mil escolas, mas não vai conseguir chegar a isso. Mas têm que disputar a concepção. Volto a dizer: o risco que a Rede passa, inclusive com essas mudanças dos itinerários, é se tornar um Sistema S estatal, mas não público, com [a lógica de] ter que ir buscar um dinheirinho ali. É essa a ideia da contrarreforma. É a ideia de que a Educação Profissional não tem nada que ver com Educação.

VOCÊ DEFENDEU UMA POLÍTICA DE LONGO PRAZO, UM PROJETO DE NAÇÃO. MAS NO QUE É POSSÍVEL FAZER OU TENTAR INSTITUIR NO ESPAÇO DE QUATRO ANOS, NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, O QUE VOCÊ ENTENDE QUE DEVE SER PRIORIDADE DESTE NOVO GOVERNO? O QUE SE DEVE CONTINUAR OU DESCONTINUAR EM RELAÇÃO AO QUE OS OUTROS GOVERNOS LULA E DILMA FIZERAM?

Primeiro, Lula vem da Educação Profissional. De uma época em que o menino fazia Senai e se empregava porque havia demanda. Então, mal ou bem, Lula tem essa visão. Foi por isso que ele apostou no discurso da Educação Profissional. Se o jovem tem pressa, o pobre tem pressa. E agora, na campanha, houve novamente a retomada [desse discurso]. Então, sem dúvida, é uma cláusula pétrea. O avanço da Educação Profissional foi dentro do governo dele. O [incentivo ao Ensino Médio] integrado foi um salto qualitativo educativo, não só para a área. O que eu acho que o governo teria que fazer é consolidar essa área, essa ideia do ensino integrado, porque ele é que dá base para formar cientistas, bons engenheiros, bons médicos. Indígena pode ser advogado? Pode. E filho de colono? Pode, né? Eu posso até entender o fio de navalha que é a correlação de forças atual. Não tenho ilusão, por exemplo, de que a Reforma do Ensino Médio vá ser revogada. Não há força política para isso. Mas nós temos força para, por exemplo, fazer com que a Rede Federal não seja obrigada a seguir a Reforma. Seria um grande ganho. O flanco é uma concepção de Educação que não é mais básica. E há muitos deputados do PT que seguem essa corrente que tem pressa porque isso dá voto. E eles estão na luta pela reeleição, que sempre é legítima. Não temos mais quadros como Florestan e outros que eram parlamentares ou políticos. Regredimos também nisso. O grande problema é que, se a gente perde a concepção [de Educação], vamos continuar no atalho. ●

Programas e políticas públicas em Educação Profissional pós-Constituição

JULIANA PASSOS

Os primeiros programas de fomento à Educação Profissional após a promulgação da Constituição foram influenciados por duas medidas legislativas importantes: em 1994, a Lei 8.948 impediu a possibilidade da Rede Federal de expandir vagas e em 1997 o Decreto 2.208/1997 determinou a separação entre a Educação Profissional e a Educação Básica. Já o começo dos anos 2000 trouxe uma perspectiva oposta: o Decreto 5.154/2004 revogou o anterior, e com a aprovação da Lei nº 11.195/2005, começou a expansão da Rede Federal.

Nesta edição comemorativa dos seus 15 anos, a Revista Poli traz um panorama dos principais programas e políticas públicas voltadas para a Educação Profissional ao longo dos 35 anos que marcam também o aniversário da Constituição brasileira. Siga a linha do tempo!

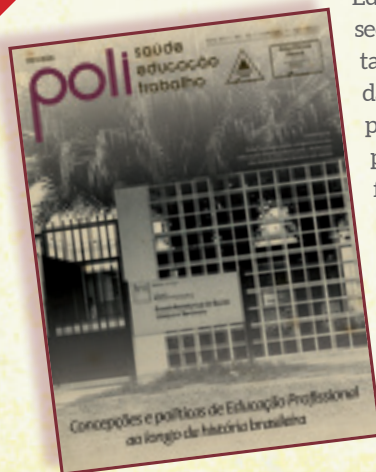
1996

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR – PLANFOR

Criado em 1995 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e gerenciado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o programa, iniciado em 1996, financiava cursos de cerca de 60 horas de duração oferecidos por instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e sindicatos. De acordo com a Resolução de criação do Plano (nº 126/1996), seu objetivo era fomentar ações integradas a uma política de geração de emprego e renda para qualificar e requalificar profissionalmente a população economicamente ativa da cidade e do campo com prioridade para beneficiários do seguro-desemprego, trabalhadores autônomos e grupos mais vulneráveis, em especial idosos, mulheres e adolescentes.

Antônio Almerico Biondi, professor na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), avalia que os cursos ofertados pelo programa tinham “baixa efetividade social” e justifica: “Ao invés de articulação e complementaridade, observava-se fragmentação e oposição entre a escolarização (mesmo limitada ao Ensino Médio, proporcionada pelos cursos técnicos) e a qualificação profissional aligeirada”, escreveu em texto de balanço sobre programas educacionais produzido pelo Núcleo de Educação e Cultura do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2020. No artigo ‘O que há de novo’, a professora da Universidade de São Paulo (USP) Carmen Moraes complementa a avaliação de Biondi, com ênfase no papel do Sistema S, um dos principais destinatários dos recursos do Planfor. “O Senai dirige-se ao mercado formal de trabalho e atende fundamentalmente às grandes empresas. Isso significa que grande parcela da população empregada nas pequenas e médias empresas, assim como os trabalhadores autônomos, estão excluídos dos cursos oferecidos pela instituição”.

Ainda assim, os pesquisadores lembram que o Planfor possibilitou a ampliação de iniciativas já realizadas por sindicatos e movimentos sociais. Em entrevista à Poli nº 72, a professora aposentada da Universidade de Campinas (Unicamp) Sílvia Manfredi citou dois exemplos, o Projeto Integrar e o Proalfa. O Integrar foi desenvolvido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com Centros Federais de Educação Tecnológica, os antigos Cefets, universidades, secretarias de trabalho, educação e desenvolvimento estaduais e municipais. Entre 1996 e 2005, de acordo com dados da própria CUT, 350 mil trabalhadores – desempregados, empregados e dirigentes sindicais – passaram pela formação. Desse total, cerca de 10 mil foram certificados com nível fundamental e mil com Ensino Médio. Já o Proalfa foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos do campo. ♦



Esta edição especial da Poli, nº 72, conta a história da Educação Profissional no Brasil

1997

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP

O Proep foi criado em 1997 com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo federal para a construção de escolas técnicas, laboratórios, execução de reformas e capacitação de professores. O orçamento de 500 milhões de dólares foi dividido em três fontes, sendo 25% vindos do Ministério da Educação (MEC), 25% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os outros 50% vindos do BID.

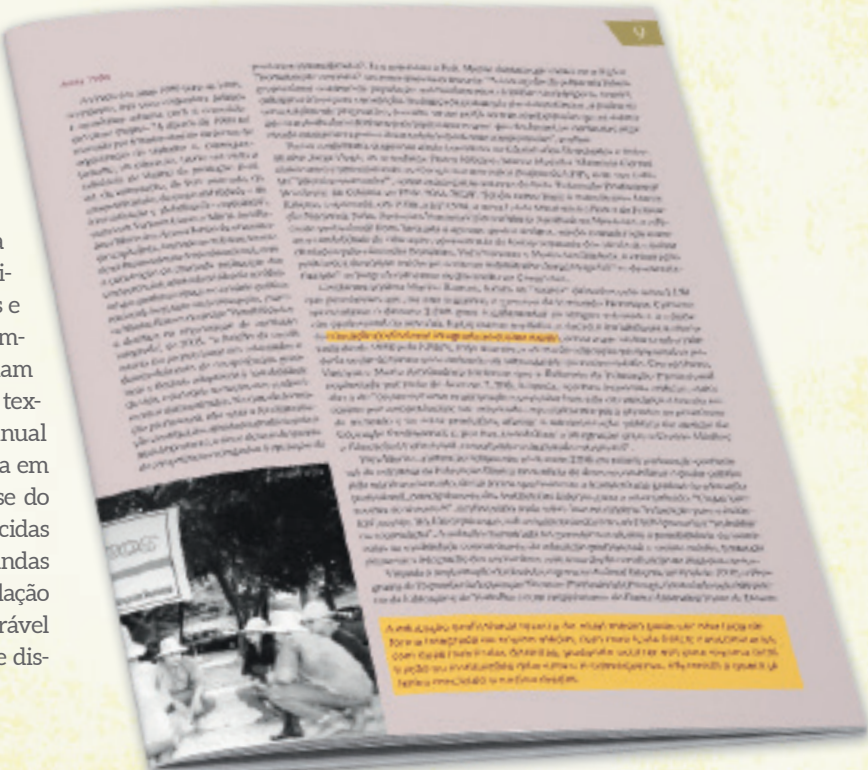
A criação do programa ocorreu logo após a publicação do Decreto 2.208/1997, que separou a Educação Profissional da Educação Básica, interrompendo a oferta de matrículas de Ensino Médio integrado. No mesmo ano, a Portaria nº 646 também tinha limitado as vagas do Ensino Médio regular a metade do total ofertado pelas escolas federais. “A função do Proep para a Rede Federal era reestruturá-la desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional. Mediante projeto, essas instituições receberam aporte de recursos, via Proep, com o objetivo de reestruturarem-se a fim de assumir a nova função, ou seja, a de buscar arrecadação a partir da prestação de serviços à comunidade na perspectiva de aumentar sua capacidade de autofinanciamento e, dessa forma, o Estado gradativamente se eximiria do custo com sua manutenção”, escreveram Marise Ramos, Dante Moura e Sandra Garcia em documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC de 2007.

Mesmo com a mudança de governo em 2003, o Proep foi mantido até 2006, quando encerrou o contrato do programa com o BID, segundo informações disponíveis na página antiga do Ministério da Educação. Também de acordo com o MEC, em 2005 existiam 234 escolas financiadas pelo Proep e o número de matrículas era de 176.282 em 2004. Embora as escolas federais fossem responsáveis por mais da metade das matrículas de Educação Profissional à época, elas representaram apenas 23,5% das instituições participantes do programa: 38% eram estaduais e a maioria, 38,5%, privadas comunitárias. Mas vale lembrar que, para serem contempladas, as escolas deveriam enviar projeto para aprovação do governo federal. No texto ‘O que há de novo’, preparado para a 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Carmem Moraes fez uma análise do Proep e destacou que, ao adotar as medidas estabelecidas pelas agências internacionais de fomento, as demandas por qualificação e requalificação profissional da população adulta de baixa escolaridade e inserção social desfavorável foram atendidas principalmente em cursos rápidos e dissociados da Educação Básica. ♦

2003

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

Em 2003, o Planfor dá lugar ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Entre as mudanças, estão o aumento da carga horária dos cursos para 200 horas e a inclusão dos conhecimentos relativos ao mundo do trabalho nos currículos. “Os cursos do PNQ eram os mesmos do Planfor e com a mesma possibilidade de parcerias [Sistema S, ONGs, universidades], mas com aumento de carga horária. O programa também procurava aproximar MEC e Ministério do Trabalho para fazer um trabalho complementar em articulação com o desenvolvimento local”, diz Almerico Biondi. Outra novidade foi a previsão de que a escolha da qualificação a ser oferecida seria objeto de uma negociação coletiva da qual participavam representantes dos trabalhadores, empresas e governo. Esses planos, de acordo com o Termo de Referência do programa, precisavam integrar políticas de desenvolvimento, inclusão social e trabalho em “articulação direta com oportunidades concretas de inserção do/a trabalhador/a no mundo do trabalho”. De acordo com dados disponíveis na página da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre 2003 e 2009, o PNQ recebeu 790 mil inscrições de trabalhadores em todo o país. Mais tarde, em 2011, todas essas ações passaram a ser responsabilidade do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com novas regras. ♦



2005

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Em julho de 2004, o decreto presidencial 5.154 substituiu o 2.208/1997, iniciando uma virada no panorama da Educação Profissional, em especial da Rede Federal. O texto determinou o retorno do Ensino Médio integrado e, com isso, abriu a possibilidade de expandir o número de escolas técnicas federais. Outro momento importante foi a aprovação da Lei nº 11.195/2005, que revogou a proibição de expansão do ensino profissional por parte da União, prevista na Lei nº 8.948/1994. Os desdobramentos dessas decisões serão sentidos ao longo dos anos.

Nesse mesmo ano em que revogou o congelamento da ampliação das escolas, o governo federal criou o Plano de Expansão da Rede Federal, que foi dividido em três etapas. A primeira foi a construção de escolas federais em estados que ainda não tinham essas instituições, como era o caso do Acre, Amapá e Mato Grosso do Sul, além da instalação de outras nas periferias de grandes centros urbanos. Em 2007, iniciou-se a segunda etapa, com o objetivo de interiorizar a Rede, meta que continuou em sua terceira fase a partir de 2011. Essa expansão foi acompanhada do estabelecimento de metas de oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio como contrapartida ao investimento federal. O resultado foi um salto de 140 unidades em 2002 para as atuais 661, distribuídas em 651 municípios do país.

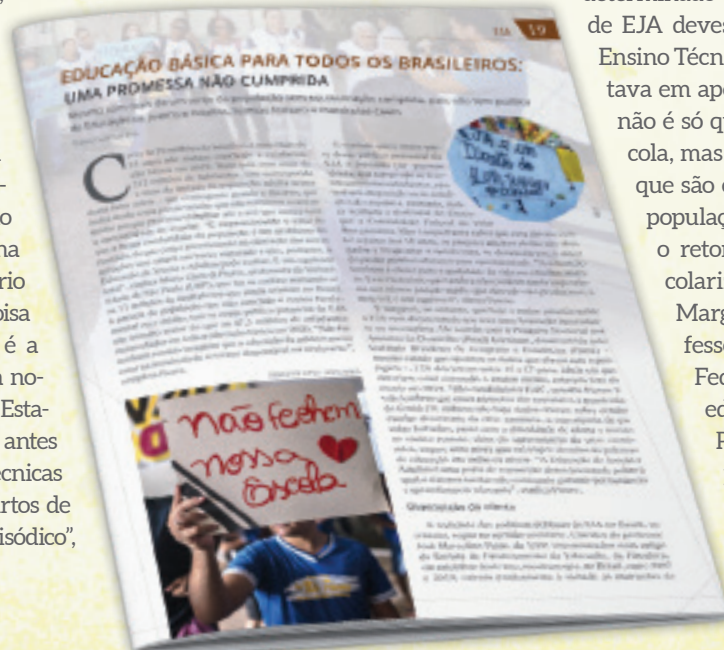
Outra mudança ocorrida com o projeto de expansão da Rede foi a transformação das escolas técnicas agrícolas e a maioria dos Cefets em Institutos Federais, prevista na Lei 11.892/2008. Em entrevista à Poli nº 84, em agosto de 2022, a reitora do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Luzia Mota, disse que essa mudança trouxe maior “autonomia pedagógica” para as instituições, além de reforçar as bases de uma Educação politécnica (leia mais sobre isso na pág. 31). A lei também criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), instituindo um marco nesse segmento educacional. “Quando você constitui a Rede, ela funciona como um abrigo, porque é obrigatório que o Estado a mantenha. Uma coisa são programas esporádicos, outra é a política pública permanente. E essa noção mais ampla foi introjetada no Estado com a criação da Rede e mesmo antes disso, com a ampliação das escolas técnicas federais, porque até 2003 havia surtos de Educação Profissional, era algo episódico”, avalia Almerico Biondi. ♦

2005

PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA

O Proeja foi criado em 2005 como parte das ações de crescimento da Rede EPCT no Brasil, em uma época em que a pauta do currículo integrado entre Educação Básica e Profissional tinha força no MEC. Foi destinado aos trabalhadores que não concluíram a Educação Básica na idade própria, compreendendo-se que isso dificulta o acesso a cursos técnicos de qualidade. A professora da USP Carmen Moraes, no artigo ‘Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado’, publicado em 2006 na Revista Trabalho, Educação e Saúde, avaliou a concepção do programa como um avanço em política educacional por valorizar a especificidade e a qualidade do ensino de adultos e prever a construção prévia de um projeto pedagógico integrado e o reconhecimento dos conhecimentos e habilidades em atividades extracurriculares por meio de avaliação individual.

Apesar dos avanços em seus primeiros anos, o programa enfrentou diversos desafios, como a oferta reduzida de vagas, falta de formação de professores e evasão. O Proeja perdeu espaço também com a criação do Pronatec, mas as discussões sobre a modalidade de ensino ganharam espaço nas Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 e o Plano Nacional de Educação (PNE) atual, em sua meta 10, fala especificamente sobre esse segmento. Embora o PNE tenha determinado que 25% das matrículas de EJA devessem ser integradas ao Ensino Técnico, em 2022 o índice estava em apenas 3,5%. “O problema não é só que não há oferta na escola, mas também que as ofertas que são colocadas não atraem a população jovem e adulta para o retorno ao processo de escolarização”, explicou Maria Margarida Machado, professora na Universidade Federal de Goiás (UFG), à edição nº 80 da Revista Poli, ressaltando que é papel dos gestores desenharem estratégias para “conquistar” esses alunos. ♦



2007

BRASIL PROFISSIONALIZADO

Lançado em 2007, o programa tinha como objetivo a expansão do número de matrículas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional nas redes estaduais, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O repasse de recursos federais era feito mediante apresentação de projeto por parte das secretarias estaduais. Entre 2008 e 2015, de acordo com dados do Ministério da Educação, foram criadas 86 escolas, feitas 256 ampliações e construídos 635 laboratórios. Cerca de metade das ações ocorreu na região Nordeste, de acordo com dados do relatório do MEC referente ao ano de 2011. “O Brasil Profissionalizado permitiu à Bahia formar a segunda maior rede de escolas técnicas estaduais, atrás apenas de São Paulo. Em 2007, a oferta de vagas na rede estadual estava em 4 mil matrículas e saltou para 75 mil em 2016. Atualmente o número de matrículas chega a 105 mil espalhados pelas escolas de Educação Profissional em 200 municípios”, exemplifica Brondi. Esse crescimento, acrescenta, não foi apenas mérito do governo federal, uma vez que os custos de manutenção ficaram a cargo dos estados. ◆

2011

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC

Pronatec foi criado em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos e vagas de Educação Profissional e Tecnológica e agregar diversos programas, ações e projetos anteriores, entre eles o Programa Nacional de Qualificação (PNQ), o Brasil Profissionalizado e a própria expansão da Rede federal. No entanto, não demorou muito para o Pronatec ser reconhecido principalmente pela oferta de Bolsa-Formação, que destina recursos para pagamento de matrículas de trabalhadores em cursos de Formação Inicial Continuada, de curta duração. No período de 2011 a 2016, o Sistema S foi o responsável por 67% das matrículas na modalidade Bolsa-Formação, já a Rede Federal ficou com 15% e as redes estaduais, 6%. Em tese de doutorado defendida em 2018 na USP, a pedagoga no Instituto Federal Farroupilha Neila Drabach detalha esses dados. Entre 2011 e 2016, foram realizadas 4,6 milhões de matrículas na modalidade Bolsa-Formação. Destas, cerca de um milhão (22,7%) correspondem a cursos técnicos e 3,5 milhões a cursos FIC (77%), sendo que a maioria das matrículas está concentrada nos anos de 2013 e 2014. As Bolsas-Formação podem ocorrer em duas modalidades: Bolsa-Trabalhador, que inclui cursos FIC e de qualificação profissional com mínimo de 160 horas de duração, e Bolsa-Estudante, com cursos técnicos com duração de 800 a 1,2 mil horas. ◆

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SAÚDE

Três grandes projetos de fomento à Educação Profissional marcaram a área de saúde: o Larga Escala, iniciado em 1985 e finalizado com o início do Profae, Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem, vigente de 2000 a 2007 e o Profaps, Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde, realizado entre 2009 e 2012. O primeiro integrava o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (Preps), uma parceria entre o Ministério da Saúde, o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), responsável por desenvolver programas de melhoria da formação dos trabalhadores de saúde e com vistas à ampliação do sistema de saúde. Uma das inspirações do programa foi o princípio da valorização dos trabalhadores da saúde trazido pela Reforma Sanitária. Idealizado pela enfermeira Izabel dos Santos e iniciado num contexto de discussões intensas sobre as prioridades da nova Constituição, o Larga Escala foi voltado para aqueles que já atuavam na área, já que o objetivo principal era melhorar as condições dos serviços de saúde, além das condições de trabalho. O programa também previa a criação de uma escola técnica de saúde em cada estado brasileiro, sendo responsável, portanto, pelo nascimento dos Centros Formadores e das atuais Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), que constituem a RET-SUS, hoje composta por 40 instituições.

Como o Larga Escala, o Profae foi voltado para os trabalhadores já inseridos no serviço, mas passou a oferecer certificação e focou na profissionalização e na elevação dos auxiliares de enfermagem a técnicos de nível médio. Com recursos do FAT e do BID, foi responsável por formar 208 mil auxiliares e 80 mil técnicos de enfermagem. Com o fim do acordo com o BID em 2007, nasceu, em 2009, o Profaps, com a meta de qualificar trabalhadores não mais apenas da enfermagem, mas também em outras sete áreas definidas como prioritárias: radiologia, patologia clínica e citologia, hemoterapia, manutenção de equipamentos, saúde bucal, prótese dentária e vigilância em saúde. O Programa foi encerrado em 2012 e, ao todo, investiu R\$ 144 milhões, como informou a Revista Poli nº 59 a partir de dados enviados pela assessoria de imprensa do Ministério da Saúde. As ETSUS ganharam prioridade no recebimento de recursos, que foram destinados não apenas para a oferta dos cursos, mas também na elaboração de “mapas de competências” que orientaram a construção dos currículos-base e na especialização de 300 professores de Escolas Técnicas do SUS.

Neste momento, para a professora-pesquisadora aposentada da EPSJV/Fiocruz Marise Ramos, é necessário um novo ciclo de investimentos na Educação Profissional em Saúde, que não se restrinja a projetos específicos e se constitua em uma política pública permanente de formação, focada no Ensino Médio integrado à formação técnica.



Edição nº 59 comemorativa dos 10 anos da Revista Poli faz um raio x da saúde pública

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Calcular quanto deve ser destinado por cada esfera de governo à Educação não é simples. E ficou ainda mais complexo com o Novo Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que se tornou permanente a partir de 2020, com a aprovação da Emenda Constitucional 108. Critérios matemáticos à parte, o que garante recursos para a Educação ano após ano é a Constituição de 1988, que está completando 35 anos e, em seu artigo 212, vincula um percentual mínimo da receita de impostos para despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Nesta seção de perguntas e respostas, você acompanha a legislação já consolidada para todos os segmentos educacionais e o que mudou no principal fundo de financiamento da Educação Básica.



1

Como funciona e qual a importância do dispositivo constitucional que vincula um percentual da receita do governo federal, estados e municípios ao investimento com Educação?

A vinculação de receita está prevista no Artigo 212 da Constituição e é por conta desse dispositivo que há uma maior previsibilidade no orçamento da Educação, além de uma forma de incorporar no orçamento educacional os ganhos econômicos do país. Como diz o texto, no mínimo 18% dos impostos recolhidos pela União e 25% dos estados, DF e dos municípios precisam ser investidos na área. “Sem a vinculação, não teríamos alcançado os percentuais de cobertura que nós temos hoje, uma vez que, com a obrigatoriedade, não é preciso negociar a cada ano a garantia do mínimo necessário para a manutenção da rede”, diz o professor da Universidade de Brasília (UnB) Luiz Araújo. Vale lembrar que nem todo tributo é imposto, ou seja, há contribuições que não têm a vinculação obrigatória, como é o caso da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Mesmo com a previsão constitucional, alerta Araújo, os momentos de crise são vistos de forma recorrente como uma oportunidade para ameaçar essa vinculação de receita obrigatória. Um exemplo recente foi a aprovação da Emenda Constitucional 119/2022, que permite postergar o pagamento do mínimo constitucional em 2020 e 2021, por conta da pandemia de Covid-19. “A desvinculação seria muito maléfica, pois 80% do gasto na Educação é com pagamento de salários. Você só tem 20% de custeio para mexer e tem um custeio que é fixo, digamos assim, que é a manutenção física da escola. A consequência seria diminuir a capacidade de construir novas escolas”, diz Araújo. O professor pondera ainda que a vinculação não resolve as distorções tributárias que existem, uma vez que os recursos irão depender da capacidade de arrecadação de cada ente. “Se o município é muito pobre, é 25% de uma pobreza. Se é um município muito rico, é 25% da riqueza”, diz Araújo. A política de fundos, em parte, ameniza esse problema.

2

Qual o destino dos recursos recolhidos pela vinculação constitucional?

Essa resposta é dada pelo artigo nº 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996) e nele estão previstos pagamento de salários de profissionais da Educação, uso e manutenção de bens e serviços, sistema de transporte escolar, compra de material didático, entre outras. Já o artigo nº 71 define o que não pode ser contabilizado como gasto com ensino. Um exemplo importante é a alimentação escolas. A EC 108/2020 também excluiu dessa contabilidade as despesas com pessoal aposentado.

3

Qual o papel de cada ente federado na oferta e financiamento da Educação?

Cabe aos municípios a gestão da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Já os estados ficam responsáveis pelo Ensino Fundamental, em conjunto com os municípios, além do Ensino Médio e das escolas técnicas e universidades estaduais. O governo federal é responsável pelas escolas técnicas federais e universidades, bem como por complementar os recursos da Educação Básica com o objetivo de “garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” conforme estabelece o artigo nº 211 da Constituição. O destaque na legislação é feito pelo professor

da Universidade de São Paulo (USP) José Marcelino de Rezende Pinto, já que esse é o trecho que justifica a criação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), uma demanda antiga do campo progressista da Educação (leia mais na resposta à pergunta 8). Na maioria dos estados e municípios, no entanto, os segmentos sob sua responsabilidade são financiados apenas com os recursos previstos pela vinculação constitucional.

4

Quais são os impostos recolhidos por estados e municípios que compõem o percentual de 25% que eles devem destinar à Educação?

Podemos dividir os impostos estaduais e municipais em dois blocos. O primeiro envolve aqueles que fazem parte da composição do Fundeb. São eles: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios. O segundo bloco é formado por aqueles que ficam fora do Fundeb, mas compõem os 25% de recursos constitucionais que devem ser destinados à educação – além de impostos e transferências estaduais e municipais. São eles: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto sobre Serviços (ISS), bem como o Imposto de Renda retido na fonte dos servidores públicos estaduais e municipais.

O principal responsável pela receita da Educação Básica é o ICMS, que responde por cerca de 70% dos recursos arrecadados pelos estados, lembrando que 25% do ICMS é repassado aos municípios. Mas atenção: se a Proposta de Emenda Constitucional 45/2019, que está tramitando no Congresso com o objetivo de instituir uma Reforma Tributária, for aprovada como está, alguns impostos serão unificados. O IPI, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) darão lugar à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), enquanto o ICMS estadual e o ISS municipal serão transformados em Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Mas a modificação não altera a obrigatoriedade de sua destinação para a educação, como parte dos 25%. O principal impacto da reforma tributária na Educação, avalia o professor da Universidade de São Paulo (USP) José Marcelino de Rezende Pinto, diz respeito

ao IPI. “A transformação do IPI em uma contribuição federal, deixando de ser um imposto, afetará a destinação de recursos para a Educação, porque deixará de participar da vinculação obrigatória”.

5

Onde são gastos os 18% que a Constituição estabelece como mínimo de investimento federal? A complementação da União para o Fundeb também está incluída nesses 18% ou é um recurso extra?

No caso da União, os principais impostos que contribuem para a Educação são o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Constituição permite que até 30% da complementação do Fundeb saia dos recursos vinculados, o que tende a diminuir os investimentos na Rede Federal. Os recursos restantes dos 18% da arrecadação dos impostos são destinados às universidades e Institutos Federais. No entanto, em geral o percentual constitucional previsto para a União não é suficiente e o governo destina mais recursos, como explica o professor da USP: “Não existem fontes específicas [para esse gasto]. Como a vinculação incide apenas sobre os impostos, e a receita líquida de impostos do governo federal é baixa, os 18% acabam sendo insuficientes para as demandas da rede federal”.

6

Como é financiada a Educação Profissional?

Os Institutos Federais recebem recursos vindos dos 18% da arrecadação da União com acréscimo de dinheiro de fontes variadas, como o Fundo Social do Pré-Sal. Já as redes estaduais que oferecem Educação Profissional financiam esse segmento com uma parcela do Fundeb, além de recursos próprios de cada estado. “Basicamente os estados vivem da vinculação [constitucional de impostos]. Em outras palavras, se quisermos ampliar as matrículas da rede técnica pública com qualidade, em consonância com o PNE [Plano Nacional de Educação], temos que ir além da vinculação constitucional”, diz Marcelino. Em paralelo, por vezes há programas de fomento por parte do governo federal, ao exemplo do Brasil Profissionalizado e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Desde a aprovação do novo Fundeb, em 2021, as instituições privadas do Sistema S podem receber indiretamente recursos do Fundo para oferta de Educação Profissional, desde que estabeleçam parcerias com estados ou municípios.

7

Qual o papel do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no financiamento da Educação?

Apesar de o nome conter a palavra “Fundo”, o FNDE é um órgão federal que gerencia os grandes programas educacionais da União e tem como principal fonte de recursos o Salário-Educação, que é uma contribuição social. Entre os programas que o FNDE gerencia estão aqueles que recebem destinação direta de recursos, como o Programa Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). Embora não seja determinada por uma legislação específica, como lembra Araújo, a responsabilidade desse repasse por parte da União já está bastante consolidada. O professor acrescenta, no entanto, que o dinheiro não é suficiente para custear o serviço, que depende de complementação dos estados e municípios. Ao mesmo tempo, diz, não seria possível manter esses serviços sem os recursos federais. Programas voluntários, pelos quais a União firma acordo com alguns estados e municípios para repasse de recursos, como é o caso de bolsas e auxílios, também são geridos pelo FNDE. O órgão é responsável ainda pela modalidade de execução direta, em que o governo federal compra e entrega bens para as escolas próprias ou das redes estaduais e municipais, como se dá com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Por fim, também é papel do FNDE administrar a cota federal destinada ao Fundeb.

8

Como são distribuídos os recursos do Fundeb?

Criado em 2006 e renovado em 2020, o Fundeb é composto por 26 fundos estaduais e o do Distrito Federal. Na pergunta 4 foram detalhados os tributos que compõem os 25% que estados e municípios devem destinar à Educação e quais deles fazem parte do Fundeb. Esse Fundo é composto por 20% do total de impostos arrecadados pelos estados e por 20% das transferências constitucionais de impostos que os municípios recebem da União e dos Estados, não contabilizando, portanto, a receita de impostos arrecadados diretamente pelos municípios. A esses recursos é acrescida a complementação da União. Na versão anterior do Fundeb, a complementação federal era de, no mínimo, 10% dos valores aportados ao Fundo pelos estados e municípios. Ela era distribuída considerando o valor médio por aluno, um cálculo que é feito com a ponderação das etapas de ensino. Por exemplo, um aluno de creche integral entra na conta com pontuação de 1,3, enquanto outro dos anos iniciais com 1,0. A diferença se justifica pela quantidade de professores e recursos necessários por sala. No entanto, diz Marcelino, “esses fatores de ponderação não refletem os custos reais”. Ainda há mais um detalhe: há uma ‘fila’ para a complementação da União, em que na ponta ficam aqueles com menor arrecadação. A distribuição é feita até esgotar o percentual de complementação.

Com o Novo Fundeb, aprovado em 2020 pela Lei 14.113/2020, a complementação da União deixa de ser feita apenas para os estados e seus municípios e foi desdobrada em três tipos: a Complementação VAAF (10%), que segue as regras que já valiam no antigo Fundeb, a Valor Aluno Ano Total (VAAT) e Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR). A distribuição do VAAT considera não apenas os recursos da cesta do Fundeb, mas todos os recursos adicionais, tais como os 25% da receita própria dos municípios, os 5% adicionais da cesta do Fundeb, além dos *royalties* provenientes da exploração do petróleo, as cotas respectivas do Salário-Educação e dos programas universais do Ministério da Educação, como alimentação escolar e transporte. O valor dessa receita é dividido pela média ponderada do número de matrículas de cada um dos 5.568 municípios, 26 estados e o Distrito Federal. Para receber a complementação VAAT, todos os quase 6 mil entes são ordenados do menor para o maior valor do VAAT. A com-

plementação VAAT (que vai atingir 10,5% em 2026) é então distribuída para os entes na proporção do menor para o maior, até o fim dos recursos. Obtém-se, assim, o VAAT mínimo. Por incluir uma maior soma de recursos, o VAAT representa uma média mais alta do que a do VAAF: em 2023, por exemplo, o VAAT mínimo foi de R\$ 8.178,88 enquanto o VAAF mínimo foi de R\$ 5.212,90.

Já o Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR) leva em conta as desigualdades socioeconômicas e raciais de estados e municípios e o desempenho das redes nos exames nacionais de avaliação da Educação Básica. Para o ano de 2023, a complementação da União prevista é de 17% do total dos valores aportados ao Fundo por estados, DF e municípios, sendo 10% para o VAAF, 6,25% para o VAAT e 0,75% para o VAAR. Agora permanente, o Novo Fundeb prevê um aumento gradativo da complementação da União, que deverá chegar a 23% em 2026. Para Marcelino, essa complementação ainda é insuficiente e deveria ser de, pelo menos, 40%. Ele baseia seus cálculos na implementação do CAQi, o Custo Aluno-Qualidade Inicial, prevista pelo Novo Fundeb, mas ainda não efetivada. Os fatores que mais influenciam esse cálculo é o tamanho da escola ou creche, tempo de permanência dos estudantes em sala de aula e o salário dos profissionais de Educação. Também são contabilizados os custos de manutenção e atualização da estrutura e recursos materiais das escolas.

9

Quanto o Brasil investe em Educação?

O gasto público em Educação no Brasil foi de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, de acordo com o Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O percentual está acima da média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – formada pelos países mais ricos do globo e que varia entre 3% a 4% do valor gerado pela economia desses países. No entanto, a média de investimento por estudante é quase três vezes maior nos países que compõem o bloco, de acordo com o relatório *Education at a Glance*, divulgado em setembro de 2023 e com dados referentes a 2020. Enquanto os países da OCDE investem cerca de 11,5 mil dólares anualmente por estudante do Ensino Fundamental ao Superior, ou seja, pouco mais de R\$ 57 mil, a média brasileira é de 4,3 mil dólares, o que equivale a aproximadamente R\$ 21,5 mil. ●

Em 2023, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) completa 15 anos. Centenárias, algumas dessas instituições existem desde 1909, outras foram sendo criadas ao longo do tempo, mas foi em 2008 que a Lei 11.892 transformou os Centros Federais de Ensino Tecnológico (Cefets) e as Escolas Agrotécnicas em Institutos Federais (IFs), organizando-os em rede e ampliando a sua esfera de atuação. “A criação dos Institutos conferiu maior autonomia para as instituições, para que elas trabalhassem mais fortemente a questão da verticalização da Educação Profissional e Tecnológica, [tornando-as um lugar] onde o estudante poderia entrar e realizar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), passar por um curso técnico de nível médio, fazer um curso de nível superior e até mesmo ter a possibilidade de uma pós-graduação dentro da mesma área de conhecimento”, diz Flávio Nunes, vice-presidente de Relações Parlamentares do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Além de todos esses segmentos e modalidades de ensino citados por Nunes, as instituições que compõem a Rede EPCT oferecem ainda licenciatura para formação de professores que vão atuar tanto na Educação Profissional quanto na Educação Básica. Em 2022, a Rede contava com 1,5 milhão de matrículas. Embora seja reconhecida em grande parte pela oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de qualidade, o maior número de matrículas ficou por conta dos cursos FIC, mais rápidos (559 mil). Logo atrás veio o ensino técnico de nível médio, com 525 mil, das quais 285 mil foram na modalidade integrada. Completam ainda esses dados, divulgados pela

plataforma Nilo Peçanha, 347 mil matrículas na graduação, o que inclui bacharelado, tecnólogo e formação de professores. “Esse é um modelo único no mundo porque abrange toda a educação nacional”, ressalta o professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Dante Henrique Moura, destacando o papel dos IFs.

Consolidação ou expansão?

Nas primeiras duas décadas dos anos 2000, o número de escolas técnicas federais passou por forte expansão. Se em 2002 existiam 140 unidades espalhadas pelo país, em 2023 esse total é de 661. De acordo com dados do Conif, os grandes períodos de expansão ocorreram entre 2002 e 2010, quando foram construídas 214 novas unidades, e entre 2011 e 2014, quando outras 205 foram entregues. As novas escolas foram uma estratégia de capilarização da Rede, fazendo com que os serviços de cada instituição chegassem a um número bem maior de municípios do que aqueles em que suas sedes originais estavam instaladas. Assim, o número de reitorias continua o mesmo desde a criação da Rede em 2008: 38 Institutos Federais, o Colégio Pedro II, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet-RJ e de Minas Gerais – Cefet-MG e as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, que somam 22 unidades. Antes existiam 31 Cefets, 75 unidades descentralizadas de ensino, 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades, segundo dados informados pela assessoria de imprensa do Conif.

A expansão da Rede e da oferta de Educação Profissional é comemorada como um passo

importante, mas, na avaliação dos entrevistados da Poli, ainda é preciso consolidar esse crescimento. “A gente tem conversado com o novo governo e falado da importância de se fazer uma consolidação nesses *campi* que não tiveram a sua efetiva e completa implementação”, diz Nunes, também reitor do Instituto Federal Sul Rio Grandense (IFSul), criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas. Para exemplificar a situação, ele cita a própria instituição da qual é gestor. “No IFSul, há *campus* com previsão de 70 professores e temos cerca de 20. E a infraestrutura também acompanha esse *déficit*. Em âmbito nacional, temos *campus* sem quadra poliesportiva instalada, sem um refeitório”.

Orçamento

Na prática, o esforço para equilibrar as contas dos Institutos Federais já leva alguns anos. De acordo com dados do Conif, em 2017 o orçamento foi equivalente a R\$ 2.567,89 por matrícula – em valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – e que foi reduzido a R\$ 1.532,72 em 2022. A previsão de orçamento para 2023 é de R\$ 2,5 bilhões para toda a Rede, o mesmo estipulado para 2024. “Se tal valor permanecer para o próximo ano, poderá acarretar prejuízos não somente administrativos, mas principalmente prejudicará o estudante. O Conselho entende que, somente com a garantia de um orçamento de R\$ 4,1 bilhões, propostos na matriz Conif, será possível iniciar efetivamente o processo de reconstrução da educação pública federal”, afirmou o Conif em nota divulgada em 9 de agosto.

O vice-presidente de relações institucionais do Conif comenta que a matriz orçamentária para distribuição de recursos proposta pelo Conselho não tem sido

cumprida e o que tem ocorrido é a repetição dos valores ao longo do tempo. A matriz leva em conta três critérios: total de matrículas, densidade tecnológica do curso e a carga horária. O professor Dante Moura lembra que houve uma mudança nessa matriz com a chegada do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95): em vez de considerar a carga total dos cursos, que são variadas, desde 2019 o cálculo deixou de ser feito com base nos Projetos pedagógicos dos Cursos (PCC) elaborados pelas instituições e passou a levar em conta a carga horária mínima dos cursos prevista pelo MEC que, no caso do Ensino Médio integrado varia de 3 mil a 3,2 mil horas. Para o professor, sem deixar de levar em conta a questão orçamentária, a carga horária adequada é aquela definida coletivamente em cada instituição por suas comunidades acadêmicas.

Um problema adicional, segundo Moura, é a possibilidade aberta pela Reforma do Ensino Médio de redução da carga horária na Formação Geral Básica (FGB), que impõe um mínimo de 1,8 mil horas e um máximo de 2,4 mil – o que, antes da Reforma, era a carga horária mínima. Com a permissão de redução, diz Moura, algumas instituições que oferecem cursos com maior número de horas estão amparadas pela legislação, reduzindo a carga horária dos cursos, especialmente na FGB, para se adequar à questão orçamentária. “Essa redução da carga horária tende a precarizar a formação”, defende. Já Flávio Nunes afirma que a readequação feita por alguns cursos não tem relação com o Novo Ensino Médio e que a Rede mantém seu propósito de não adesão à Reforma, continuando a oferecer um ensino integrado.

Desafios na oferta de vagas

Apesar da preocupação do professor do IFRN quanto ao futuro, os dados atuais trazem otimismo. Entre 2017 e 2022, o número de matrículas no Ensino Médio integrado teve uma pequena ampliação na Rede – de 228 para 285 mil vagas. “Um crescimento de 25%, quase um quarto dentro de cinco anos, é um dado razoável em um período de cortes. Mostra que a Lei está alcançando a sua finalidade”, reflete Moura, em referência à prioridade para a modalidade integrada prevista na legislação que criou os Institutos.

Ele acrescenta que esse crescimento poderia ser maior, diante da evolução das matrículas em cursos FIC na Rede: entre 2017 e 2022, essas formações mais rápidas passaram de 151 mil para 559 mil vagas, sendo a modalidade de ensino a distância

(EaD) responsável por 90% das matrículas. Mas Moura pondera: “Ao desagregar, é possível ver que essas matrículas estão concentradas em poucas instituições”. De fato, 409 mil matrículas, o que corresponde a 73% do total, estão concentrados em quatro IFs.

Já em crescimento de 2018 para 2019, quando saltou de 37 mil para 90 mil, a explosão de cursos FIC na modalidade EaD ocorreu em 2020, quando foram registradas 642 mil matrículas. Flávio Nunes explica que o salto se deve a uma “janela de oportunidades” que se deu a partir de editais do Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e, uma vez feito o investimento inicial para a montagem dos cursos, a multiplicação de matrículas tem um custo mais baixo. “Os cursos FIC atendem a uma quantidade enorme de trabalhadores com muito baixa escolaridade no país. O problema é fazê-los descolados da elevação de escolaridade”, avalia Dante Moura.

Jovens e Adultos

A elevação de escolaridade para trabalhadores que não puderam concluir a Educação Básica foi exatamente a proposta do Proeja, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criado pelo governo federal em 2005 para destinar recursos a essa modalidade de ensino, mas que não obteve muito sucesso: foi a meta (nº 10) com o pior índice de cumprimento no Plano Nacional de Educação (PNE) e também tem patinado na Rede EPCT. Enquanto a meta nacional é de que 25% das matrículas no Ensino de Jovens e Adultos (EJA)

sejam oferecidas de modo integrado, a Rede deve cumprir 10%, mas está em 2%, com cerca de 17 mil matrículas desde 2017. “Um dos principais dilemas da Rede é o baixo número de matrículas na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos e temos nos perguntado com frequência sobre onde estamos falhando nessa oferta”, diz o representante do Conif. E arrisca uma resposta: falta apoio financeiro para essa permanência [do aluno]. Ele explica que não há financiamento específico para a modalidade, que está dentro do contexto da assistência estudantil das instituições e que não dá conta de atender todas as necessidades que os estudantes possuem.

O professor do IFRN acrescenta que o começo do programa, em 2006, foi feito com um considerável aporte de recursos, mas à medida que os anos foram passando, depois de grande evasão e queda do orçamento, o programa foi diminuindo. “Para dar um exemplo do IFRN, em 2010, conseguimos ultrapassar os 10%, chegamos a 12%. Hoje, temos menos de 2%, é residual”, conta.

Mesmo com diversos desafios a serem enfrentados, Dante Moura vê na expansão da Rede EPCT uma forma de garantia de acesso a direitos. “Quando você chega à periferia das grandes cidades, naquele município mais longínquo, locais onde não há uma economia forte, a presença do Estado para garantir os direitos básicos do cidadão também é rarefeita. O movimento de periferização e interiorização dos Institutos Federais opera em sentido contrário a essa lógica. Ela está levando Educação pública, gratuita, reconhecida como de qualidade, para esses locais que não têm uma grande dinâmica econômica”, resume. ●

EDUCAÇÃO EM DADOS

2022

POPULAÇÃO BRASILEIRA COM MAIS DE 25 ANOS

53% Ensino Médio completo

Desses **61%** São brancos

47% São pretos e pardos

28% Ensino Fundamental incompleto

19% Ensino Superior completo

2022

ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS

94,4%

Frequentam ou já concluíram a Educação Básica

2022

JOVENS COM 14 A 29 ANOS

18,3% ou **9,5 milhões**

NÃO COMPLETARAM O ENSINO MÉDIO, seja por terem abandonado a escola antes do término dessa etapa ou por nunca a terem frequentado

2021

MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO POR RAÇA/COR

43,8% Brancos

37% Pretos e pardos

17,2% Não declarados

1,6% Amarelos

0,5% Indígenas

PRINCIPAIS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

Gestão e Negócios

363 MIL
Rede Pública

Ambiente e Saúde

173 MIL
Rede Privada

Gestão e Negócios

116 MIL
Rede Pública

Ambiente e Saúde

247 MIL
Rede Privada

Concomitante ao EM

287.320

Integrado ao EM

750.125

Subsequente ao EM

947.905

Integrado à EJA de Nível Médio

39.951

MATRÍCULAS

2.152.506

MATRÍCULAS

Rede Pública

1.245.743

Rede Privada

906.763

DADOS DE 2022

Legendas:
EM (Ensino Médio),
EJA (Educação de Jovens e Adultos).



O Brasil tem

3,2 mil professores na educação superior e

2,3 milhões na educação básica

DADOS DE 2021

Na rede privada

6,9 milhões

de matrículas da graduação

77% E.A.D.

Em instituições públicas

2 milhões

23%

O Brasil tem hoje

47,7 milhões

de matrículas, distribuídas por

DADOS DE 2022

Só no Ensino Médio

7.866.695

MATRÍCULAS

232.121

Rede Federal

6.622.359

Rede Estadual

40.739

Rede Municipal

971.476

Rede Privada

178,3 mil escolas de Educação Básica

Mais de

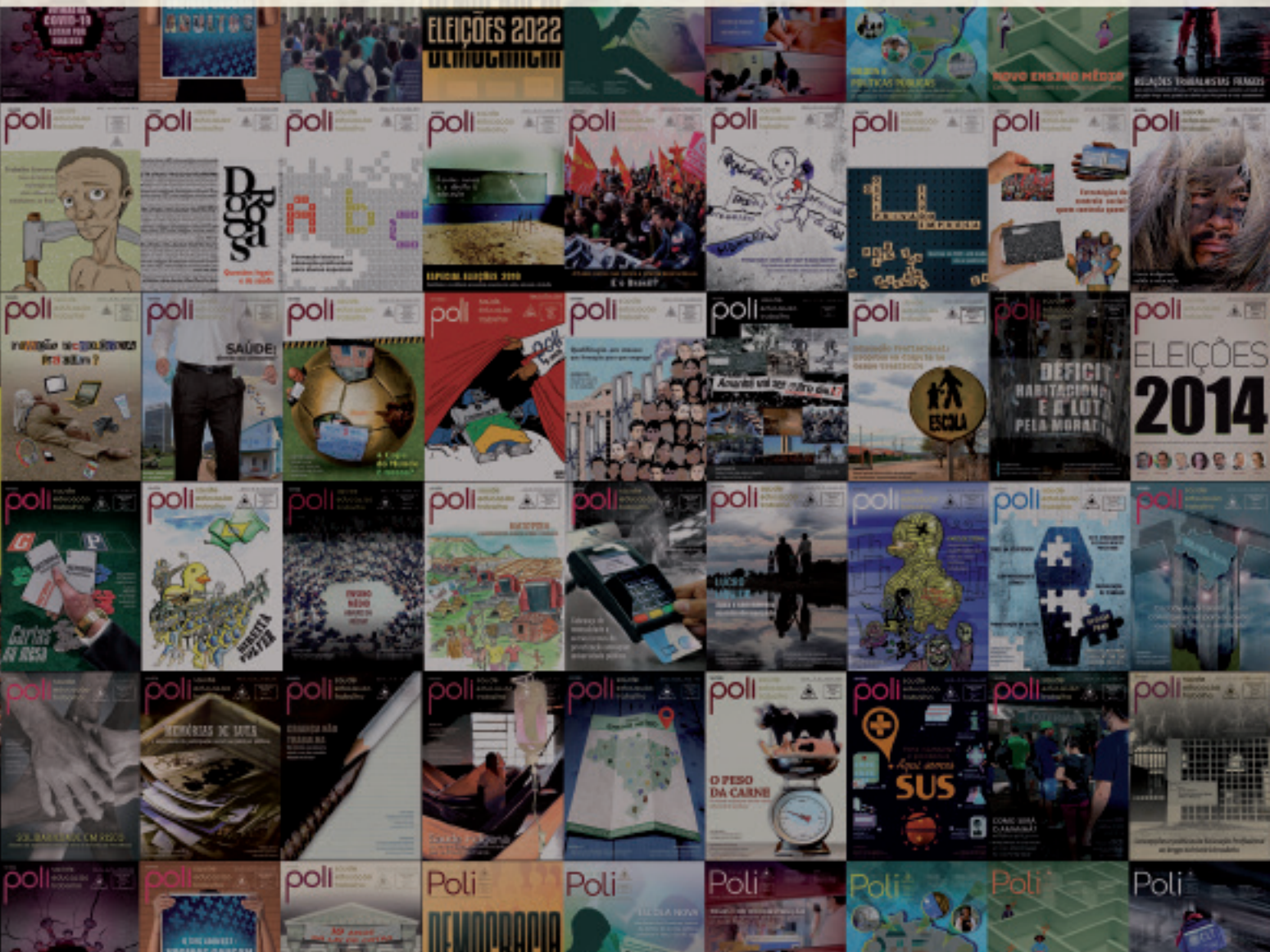
38

milhões

81% Na rede pública

Revista Poli

Jornalismo Público sobre
Saúde, Educação e Trabalho



Assine gratuitamente em

www.epsjv.fiocruz.br/assinatura



Ou se preferir
escaneie o
QR Code

Ou se preferir
escaneie o
QR Code



ou acesse na íntegra em

www.epsjv.fiocruz.br/revista